



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Universitario Petrônio Portela, s/nº - Bairro Ininga
Teresina-PI, CEP 64049-550
- <https://hupi.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23524.032008/2025-98

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto a contratação, por meio de Pregão Eletrônico, da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços continuados integrados de segurança patrimonial, com dedicação exclusiva de mão de obra, serviços de videomonitoramento inteligente por CFTV, com recursos de inteligência artificial e Central de Operações de Segurança (SOC), e controle eletrônico de acesso de pessoas e veículos, com fornecimento de materiais e equipamentos em locação, a fim de atender às necessidades do HU-UFPI/HU Brasil, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico conforme a lei 13.303/16 e o Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil.

1.3. A descrição detalhada do objeto e a estimativa de consumo constam no item 4 desse Termo de Referência - "Descrição da Solução como um Todo", onde os licitantes poderão visualizar as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada item;

II - apresentação;

III - código do Catálogo Padronizado de Materiais e Serviços do Governo Federal - Catmat/Catser;

1.4. Os itens apresentados na "Descrição da Solução como um Todo" caracterizam-se como materiais e serviços de consumo. Adicionalmente, se enquadram como de natureza comum, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso X, do RCC 3.0.

1.5. O objeto dessa contratação é classificado como contratação de natureza continuada, nos termos do art. 191, inciso I, do RCC 3.0, tendo em vista tratar-se de fornecimento essencial e permanente ao funcionamento do hospital.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses adicionais, conforme RCC 3.0, de acordo com a conveniência da Ebserh/HU Brasil, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços contratados. Ressalta-se que o tempo total de vigência não poderá ultrapassar o limite de 10 (dez) anos.

1.6.1. A presente manifestação cumpre o Art. 188, inciso II e parágrafo único, do RCC 3.0, para fundamentar a previsão de vigência por até 10 (dez) anos no Pregão Eletrônico do HU-UFPI. O objeto compreende serviços integrados de segurança patrimonial (mão de obra exclusiva) associados à locação de tecnologia avançada: videomonitoramento inteligente por CFTV (Inteligência Artificial), Central de Operações de Segurança (SOC) e controle eletrônico de acesso.

1.6.2. No setor de segurança corporativa e hospitalar, contratações que fundem vigilância humana ao modelo *As-a-Service* (locação de hardware e licenças de software) adotam rotineiramente prazos de 7 a 10 anos. A vigência decenal é a praxe de mercado para viabilizar o fornecimento, a manutenção e a atualização contínua de plataformas complexas de IA e servidores de alta performance.

1.6.3. A imposição do limite geral de 5 anos (60 meses) prejudica a equação econômico-financeira do negócio por dois fatores críticos:

1.6.3.1. Onerosidade Excessiva: O fornecedor exige alto investimento inicial (Capex) em infraestrutura de rede, CFTV, SOC e barreiras de acesso. Restringir o contrato a 5 anos obrigará a empresa a amortizar todo esse custo em metade do tempo, inflando o valor das parcelas mensais (Opex) e encarecendo o serviço para o hospital.

1.6.3.2. Inviabilidade por ROI: O curto prazo de retorno do investimento (ROI) reduzirá a atratividade do certame, afastando os principais competidores do mercado e esvaziando a licitação. Além disso, a troca de fornecedor a cada 5 anos geraria severos custos de transição e riscos de descontinuidade em áreas sensíveis de saúde.

1.6.4. A adoção do prazo de até 10 (dez) anos é técnica e economicamente recomendável. A medida dilui os custos de capital, garante preços mensais mais vantajosos, atrai propostas competitivas no Pregão e assegura a estabilidade operacional da segurança tecnológica do HU-UFPI.

1.7. A aquisição do objeto será realizada, de acordo com a conveniência da Ebserh/HU Brasil, mediante a formalização de:

I - ordem de serviço - OS;

II - notas de empenho, em favor da Contratada, conforme a execução e medição dos serviços, observadas as condições contratuais e a disponibilidade orçamentária;

III - termos de contrato, que terão vigência de 60(sessenta) meses, podendo ser prorrogados, nos termos do art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 188 do RCC 3.0.

1.8. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme artigo 203 do RCC 3.0.

1.9. Não será realizada contratação única e imediata que esgote, de forma integral, os quantitativos estimados previstos neste Termo de Referência, sendo a execução realizada conforme a necessidade, mediante Ordem de Serviço e/ou rotina de medição contratual, conforme aplicável.

1.10. O termo de contrato resultante do Pregão Eletrônico possuirá valor estimativo, e sua execução ocorrerá ao longo da vigência contratual, conforme a necessidade da Contratante, sem prejuízo da natureza continuada do objeto e das regras de medição e pagamento previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

1.11. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens neste Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e Anexos.

1.12. Informações complementares a este Termo de Referência constarão no Edital com anexos e no Contrato.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HU Brasil) foi criada por meio da Lei nº 12.550/2011 como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. O Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU-UFPI/HU BRASIL é a mais complexa unidade de saúde do Estado do Piauí, pertence à Rede Ebserh/HU Brasil, atende ao município de Teresina e localidades, cobrindo 224 municípios e uma população de 3.375.646 habitantes. O hospital é totalmente integrado ao SUS, sendo referência na prestação de assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade, observando a contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.3. Destaca-se que essa contratação abrange a prestação de serviços continuados integrados de segurança patrimonial, com dedicação exclusiva de mão de obra, serviços de videomonitoramento inteligente por Circuito Fechado de Televisão (CFTV), com recursos de inteligência artificial e Central de Operações de Segurança (SOC) e controle eletrônico de acesso de pessoas e veículos com fornecimento de materiais e equipamentos em locação.

2.4. A contratação de empresa especializada em Sistema Integrado de Controle de Acesso com a adoção de uma solução tecnológica integrada se justifica em razão de representar um passo essencial e moderno para superar os desafios de um ambiente hospitalar dinâmico e sensível, como a alta complexidade de seus serviços, a grande utilização de equipamentos, de medicamentos e de materiais de alto custo. Essa iniciativa contribuirá significativamente para a preservação da segurança física das pessoas, dos bens patrimoniais, prevenindo depredações, furtos, invasões e demais ocorrências e ainda possibilitar uma maior gestão do acesso às áreas internas e externas, através da identificação e controle de acesso de usuários e terceiros às dependências do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU-UFPI/HU Brasil.

2.5. Nesse contexto, destaca-se a importância da contratação adequada do objeto. Processos de aquisição mal conduzidos, sem respaldo técnico ou alinhamento com as necessidades reais da rede de saúde, podem levar ao desperdício de recursos públicos, à subutilização de equipamentos, à elevação de custos operacionais e até a exposição dos pacientes a riscos evitáveis. Além disso, a ausência de suporte técnico, manutenção adequada e capacitação das equipes compromete o uso eficaz das tecnologias adquiridas.

2.6. A demanda apresentada contempla uma definição prévia de itens a serem adquiridos para aquisição durante o exercício do contrato, estando os mesmos inseridos no Plano Anual de Compras (PAC), respeitados os prazos de início do planejamento da contratação apontados pelo RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme os Processos 23524.047311/2025-95 (PAC 2026) e 23524.000382/2026-13 (AOC 2026), respectivamente.

2.7. A contratação pretendida irá permitir um quantitativo de recursos humanos necessários às atividades de apoio (vigilantes) incorrendo na melhoria de qualidade do atendimento à sociedade em geral, tais como de profissionais clínicos/assistenciais que realizam procedimentos neste Hospital, de usuários e, principalmente, dos pacientes que necessitam dos serviços oferecidos pelo HU-UFPI/HU Brasil.

2.8. O plano de cargos e salários da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HU Brasil) não prevê a contratação por intermédio de concurso público para os cargos de vigilantes (seguranças), por isso com base no Decreto nº 9.507/2018, faz-se possível a contratação de empresa que desempenhe atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal deste hospital.

2.9. Registra-se que esta aquisição constitui atividade de suporte ao atingimento de resultados nas políticas públicas e à finalidade institucional da (Ebserh/HU Brasil).

2.10. Uma Avaliação da Auditoria Interna do HU-UFPI/HU BRASIL, observou fragilidades relacionadas ao Controle de Acesso, gerando demandas junto à Unidade de Suporte Operacional que necessitam ser solucionadas.

2.11. Considerando o encerramento do atual Contrato de Segurança Patrimonial em 26 de julho de 2026, a nova contratação visa a modernização e atualização tecnológica da instituição por meio da implantação de uma Central de Videomonitoramento 24h e do fornecimento de equipamentos e softwares de ponta. A opção pela **contratação integrada** fundamenta-se na elevada interdependência técnica e operacional entre os serviços de vigilância, videomonitoramento e controle de acesso, que atuam de forma indissociável na rotina hospitalar, especialmente em áreas críticas e fluxos de pacientes. Conforme demonstrado em levantamento de mercado, esta centralização operacional é uma prática consolidada que garante respostas mais céleres a incidentes e evita as falhas decorrentes da atuação fragmentada de múltiplos prestadores. A unificação não apenas mitiga riscos de conflitos operacionais e sobreposição de responsabilidades, como também proporciona ganhos de escala, racionalização de custos e melhor aproveitamento da infraestrutura compartilhada. Portanto, a solução integrada apresenta-se como a alternativa mais vantajosa e aderente ao interesse público, assegurando a economicidade global e a eficiência da segurança institucional

2.12. No momento, sem um sistema adequado de Videomonitoramento que funcione 24h envolvendo a disponibilidade de espaço físico e de profissional habilitado, que auxilie de forma bastante eficaz a vigilância física/ostensiva, por meio do suporte preventivo, que também alerte sobre pessoas com condutas suspeitas ou mesmo acione a segurança humana para atender ocorrências em andamento (agressões físicas, depredações, invasões, furtos ou desaparecimento de bens ou de equipamentos, apuração de entrada e saída de pessoas de forma irregular e ocorrências nos estacionamentos, etc) pode representar vulnerabilidades e riscos ao patrimônio público e aos usuários do HU-UFPI/HU BRASIL. Essa lacuna compromete a capacidade de resposta e a agilidade na resolução de incidentes, impactando diretamente na segurança e na continuidade das atividades institucionais.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo do contrato será de 60 (sessenta) meses, podendo, a critério da administração, observada a regularidade na boa prestação dos serviços, bem como em condições de preços compatíveis com o mercado, ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses adicionais, conforme RCC 3.0, de acordo com a conveniência da Ebserh/HU Brasil, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços contratados. Ressalta-se que o tempo total de vigência não poderá ultrapassar o limite de 10 (dez) anos.

3.2. Ao término da vigência, a Administração poderá avaliar a conveniência e vantajosidade de eventual prorrogação, nos termos do RCC 3.0. A rescisão observará as hipóteses e procedimentos previstos no contrato e no RCC 3.0, assegurado contraditório e ampla defesa quando aplicável.

3.2.1. A rescisão contratual poderá ocorrer nas hipóteses previstas no art. 228 do RCC 3.0 da Ebserh/HU Brasil:

I - por ato unilateral formalizado pela Ebserh;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Ebserh; ou

III - judicial, por determinação judicial.

§ 1º A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo.

§ 2º A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

§ 3º O inadimplemento contratual de ambas as partes contratantes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Modelo de Contratação

4.2. Trata-se de contratação integrada, em grupo único, abrangendo (i) serviços de segurança patrimonial/vigilância, (ii) central e operação do sistema eletrônico, e (iii) implantação, disponibilização e manutenção dos equipamentos em locação necessários ao pleno funcionamento da solução. Considerando a necessidade de compatibilidade e interoperabilidade entre os componentes e a responsabilidade integrada pela disponibilidade do sistema, a contratação será processada em grupo único, com julgamento pelo critério de menor preço global do grupo único, sendo apresentada planilha de composição de custos conforme exigências do edital.

4.2.1. A presente contratação se enquadra no modelo de compra individualizada.

4.2.2. Esta contratação utilizou como referência o Catálogo Eletrônico de Padronização da Rede HU Brasil, conforme "Descrição da Solução como um Todo" deste termo de referência, de forma a garantir a eficiência e as boas práticas de gestão.

4.2.3. Registra-se que o Catálogo Eletrônico de Padronização está disponibilizado por meio eletrônico no sítio da Ebserh/HU Brasil e tem a composição mínima dos seguintes elementos:

I - código do bem ou serviço adotado pela Ebserh/HU Brasil;

II - descrição detalhada;

III - grupo e subgrupo, no que couber.

4.2.4. Especificamente em relação aos subitens do Item 7, detalhados no tópico 4.8.18.8., não foram utilizadas as especificações do catálogo, seja por ausência ou por necessidade de adequações de especificações para melhor atender ao HU-UFPI/HU Brasil.

4.2.5. Sendo assim, de forma a mitigar os riscos, garantir maior grau de eficiência e observar as boas práticas de gestão, foram consideradas as especificações adotadas pela Ebserh/HU Brasil em contratações anteriores, buscando-se melhorias das mesmas por meio de diversos catálogos de mercados e de outros entes públicos.

4.2.6. Os quantitativos pretendidos nesta contratação foram obtidos a partir do dimensionamento de pessoal, em observância as particularidades e as demandas de acordo com as atividades e as rotinas de funcionamento e atendimento, abrangendo serviços de videomonitoramento inteligente por Circuito Fechado de Televisão (CFTV), com recursos de inteligência artificial e Central de Operações de Segurança (SOC) e controle eletrônico de acesso de pessoas e veículos com fornecimento de materiais e equipamentos em locação, visando atender às necessidades do Hospital Universitário HU-UFPI/HU Brasil quanto a realização de atividades meio, para as quais não possui contingente de pessoal no seu quadro efetivo.

4.2.7. Os serviços a serem prestados compõem solução integrada, com interdependência operacional entre vigilância/apoio, central de operações e infraestrutura tecnológica (CFTV/VMS/controle de acesso em locação). Assim, a divisão do objeto em múltiplos contratos/grupos elevaria riscos de incompatibilidade técnica, conflitos de responsabilidade e indisponibilidade operacional, dificultando a fiscalização e a gestão contratual, motivo pelo qual se adota a contratação em grupo único.

4.2.8. A adoção de grupo único e julgamento pelo critério de menor preço global do grupo justifica-se em decorrência das particularidades do objeto e da necessidade de integração entre os componentes da solução, evitando fragmentação contratual, conflitos de responsabilidade, riscos de indisponibilidade e dificuldades de gestão e fiscalização.

4.3. **Da gestão da qualidade dos serviços e o Selo Ebserh/HU Brasil de Qualidade**

4.3.1. O Programa Ebserh/HU Brasil de Gestão da Qualidade - PGQuali e o Selo Ebserh/HU Brasil de Qualidade - SEQuali foram instituídos com o objetivo de promover a gestão da qualidade, a excelência na gestão, na educação, na pesquisa e na extensão em saúde no âmbito dos hospitais universitários federais (HUF) que compõem a rede Ebserh/HU Brasil. O Programa Ebserh/HU Brasil de Gestão da Qualidade consiste em um sistema próprio de avaliação periódica que tem como objetivo promover a cultura de melhoria contínua dos serviços prestados à população brasileira pelos hospitais da rede Ebserh/HU Brasil. O Selo Ebserh/HU Brasil de Qualidade, por sua vez, visa reconhecer formalmente os hospitais que atingirem padrões estabelecidos no sistema de avaliação. Essa ferramenta possibilita realizar um diagnóstico da situação do hospital em relação aos procedimentos de boas práticas, permitindo traçar estratégias para melhorar a qualidade da gestão e garantir a segurança do paciente.

4.3.2. Os requisitos de avaliação da qualidade precisam ser atendidos pela contratada, pois o cumprimento dos requisitos estabelecidos é imprescindível para que o hospital obtenha o selo de qualidade. Abaixo estão descritos os requisitos de avaliação da qualidade a serem atendidos pela empresa contratada:

4.3.2.1. Os serviços contratados deverão ser prestados todos os dias da semana, nas 24 horas do dia, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

4.3.2.2. Os profissionais dos serviços de segurança devem respeitar a programação dos serviços de capacitação feita periodicamente pela Administração, e obrigatoriamente quanto aos direitos e deveres dos usuários.

4.3.2.3. Os profissionais da vigilância devem observar os protocolos e procedimentos de controle de acesso e circulação de pessoas disponíveis.

4.3.3. As atividades de gestão e fiscalização da Unidade de Suporte Operacional compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo usuário.

4.3.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico monitora constantemente o nível de qualidade dos serviços prestados para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidade constatadas.

4.4. **Unidade demandante e local de execução:**

Identificação	DESCRIÇÃO	UF	SIGLA UF	ENDEREÇO DE ENTREGA DO SERVIÇO
Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU-UFPI/Rede Ebserh/HU Brasil (UASG 155008)	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados integrados de segurança patrimonial, com dedicação exclusiva de mão de obra, serviços de videomonitoramento inteligente por Circuito Fechado de Televisão (CFTV), com recursos de inteligência artificial e Central de Operações de Segurança (SOC) e controle eletrônico de acesso de pessoas e veículos com fornecimento de materiais e equipamentos em locação, a fim de atender às necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU-UFPI/HU BRASIL, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil)	Piauí	PI	Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, s/n - Ininga, Teresina - PI, 64049-550

4.5. **Estudo Técnico Preliminar e Análise de Riscos**

4.5.1. O RCC 3.0, especificamente em seu art. 20, diz que o planejamento de cada contratação consistirá na instrução de processo administrativo contendo documentação capaz de materializar as seguintes etapas:

- I - estudo técnico preliminar;
- II - pesquisa de preços;
- III - termo de referência; e
- IV - gerenciamento de riscos.

4.5.2. Sendo assim, como regra, é obrigatória na instrução processual que as Equipes de Planejamento da Contratação (EPC) realizem estudo técnico preliminar (ETP), bem como gerenciamento de riscos em todas as contratações realizadas pelos hospitais da Rede Ebserh/HU Brasil.

4.5.3. O gerenciamento de riscos relacionado à fase de execução contratual está instruído por meio do Análise de Riscos (SEI 23524.0322008/2025-98) - Execução do Contrato.

4.6. **Descrição pormenorizada:**

a) Prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas de segurança patrimonial, armada (não letal) e desarmada, diurna e noturna, com dedicação exclusiva de mão de obra qualificada com fornecimento de materiais e equipamentos (rádios comunicadores), processos de trabalho (sistema de controle de atividades de vigilância, registro de ocorrências) e de serviço de monitoramento por CFTV, com infraestrutura (tubulação, calhas, cabeamentos e terminais) inclusos, quando necessário.

b) Sistema de segurança para controle de acesso físico, mediante a aquisição e instalação de catracas na modalidade de locação, compatíveis com o ambiente hospitalar e com as rotas de fuga, dotadas de tecnologia de reconhecimento facial como principal meio de autenticação, integradas a software de gestão que permita, de forma complementar, o uso de cartão magnético, QR Code ou biometria, com infraestrutura (tubulação, calhas, cabeamentos e terminais) inclusos, quando necessário. O sistema deverá possibilitar a leitura de crachás, o cadastro e gerenciamento de usuários, bem como o registro e monitoramento em tempo real de todos os acessos. A solução deverá permitir a definição de permissões por horários e áreas específicas, garantindo maior segurança e rastreabilidade. Os registros de entradas e saídas possibilitam a geração de relatórios gerenciais e operacionais, incluindo horários de pico, volume de acessos, perfis de usuários e controle de jornada, subsidiando processos de auditoria, conferência interna, gestão e planejamento institucional.

c) Sistema de monitoramento interno realizado por meio de aquisição e instalação de câmeras, na modalidade de locação, distribuídas e conectadas a um sistema central, que disponibiliza as imagens através de monitores e realiza a gravação desses registros. Câmeras inteligentes com funções analíticas para identificar mudanças de cenários, bem como, intrusão em perímetros com sistema de linhas virtuais, ajudando a central de monitoramento a identificar com exatidão acessos indevidos, inclusive de veículos, antecipando e evitando assim, possíveis sinistros.

d) Central de Monitoramento composta por tecnologia de ponta, adquirida na modalidade de locação e de profissionais altamente treinados que recebem dados dos sistemas instalados no hospital e atuam na verificação do local e realizam os devidos procedimentos em caso de alertas por acionamento de alarmes de intrusão, CFTV e alarmes perimetrais (Acesso remoto às imagens; Configuração do sistema; Abertura de chamados; Acionamento dos órgãos de segurança pública (Polícia Civil ou Polícia Militar) e Monitoramento 24 horas por dia, 7 dias da semana).

4.7. **Justificativa Técnica para o Agrupamento dos Itens em Grupo Único**

4.7.1. A adoção do critério de julgamento por Menor Preço Global do Grupo Único justifica-se pela indivisibilidade técnica da solução proposta. Mais do que a simples alocação de postos ou fornecimento de hardware, a contratação visa instituir uma arquitetura de segurança orgânica: enquanto a infraestrutura tecnológica (IA e CFTV) atua na detecção primária, a vigilância física compõe a força de pronta-resposta. A segregação desses elementos em contratos distintos comprometeria o fluxo de comunicação e a interoperabilidade dos sistemas, elevando o tempo de resposta a incidentes críticos e colocando em risco a segurança das operações no HU-UFPI/HU BRASIL.

4.7.2. A fragmentação do objeto, além de comprometer a eficiência, geraria uma sobreposição de responsabilidades capaz de permitir a escusa mútua entre prestadores em caso de falhas ou danos ao patrimônio. A unificação estabelece um Ponto Único de Contato e Responsabilidade (SPOC), assegurando que a contratada responda integralmente pelo resultado final. Sob a ótica da fiscalização, esta centralização é a única modelagem que viabiliza a aplicação efetiva do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), pois confere ao integrador a autonomia necessária para alinhar o desempenho tecnológico à resposta da equipe tática. Administrativamente, o Grupo Único otimiza a gestão contratual e captura ganhos de economia de escala. Assim, em estrita observância à Súmula 247 do TCU, o agrupamento justifica-se por ser a medida necessária para evitar prejuízos ao complexo operacional e consagrar o Princípio da Eficiência na proteção do sistema hospitalar.

4.8. A contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Termo de Referência, observando o quantitativo de profissionais e serviços a serem disponibilizados, conforme estabelecidos abaixo:

4.8.1. Segurança Patrimonial e Solução Integrada de Segurança Eletrônica (CFTV + Controle de Acesso)

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Unidade	Postos Iniciais	Postos Sob Demanda	Total
1	1	23647	Vigilantes 12x36 horas armado diurno (arma não letal)	Posto	4	1	5
	2	23957	Vigilantes 12x36 horas armado noturno (arma não letal)	Posto	5	0	5
	3	23647	Vigilantes 12x36 horas desarmado diurno	Posto	5	1	6
	4	23957	Vigilantes 12x36 horas desarmado noturno	Posto	1	0	1
	5	23647	Monitor de sistema eletrônico de segurança interno diurno 12x36 horas	Posto	1	0	1
	6	23957	Monitor de sistema eletrônico de segurança interno noturno 12x36 horas	Posto	1	0	1
	7	13331	Locação de Solução Integrada de Segurança Eletrônica (CFTV e Controle de Acesso) - Central In Loco	Meses	-	-	60

4.8.1.1. Os quantitativos de postos de trabalho estão divididos em "Implantação Inicial" (necessidade imediata do hospital) e "Postos sob demanda" (para expansão de cobertura operacional).

4.8.1.2. A "expansão de cobertura operacional" de postos possui natureza estimativa e visa garantir cobertura orçamentária para a ampliação do escopo de segurança durante os 60 (sessenta) meses de contrato.

4.8.1.3. Para fins deste Termo de Referência, os quantitativos sob demanda não possuem natureza de reserva técnica para cobertura de ausências ordinárias de empregados, mas de estimativa condicionada à expansão física, funcional ou operacional do HU-UFPI.

4.8.1.4. A previsão dos quantitativos estimativos sob demanda constantes dos subitens 4.8.18.4 a 4.8.18.13 tem por finalidade assegurar a escalabilidade da solução de segurança patrimonial, videomonitoramento e controle de acesso, em razão da dinâmica de expansão física, funcional e operacional do HU-UFPI.

4.8.1.5. A necessidade de previsão desses quantitativos decorre da existência de obras de ampliação em andamento, intervenções próximas de conclusão e projetos futuros previstos nos planos de investimento do hospital para o exercício corrente e para os próximos anos, os quais poderão resultar na incorporação de novas áreas assistenciais, administrativas, acadêmicas, técnicas e de apoio à operação hospitalar.

4.8.1.6. A entrada em funcionamento dessas novas áreas poderá demandar incremento da cobertura de vigilância patrimonial, ampliação de pontos de videomonitoramento, instalação de novos dispositivos de controle de acesso, aumento da capacidade de licenciamento, armazenamento, processamento, suporte e operação da solução tecnológica, de modo a preservar a segurança de pacientes, acompanhantes, trabalhadores, visitantes, bens patrimoniais e áreas sensíveis do hospital.

4.8.1.7. A previsão desses quantitativos, portanto, não decorre de dimensionamento genérico ou impreciso, mas da necessidade tecnicamente identificada de permitir a expansão controlada da solução durante a vigência contratual, caso se concretizem eventos supervenientes relacionados à ampliação da estrutura física ou à alteração relevante dos fluxos operacionais do hospital.

4.8.1.8. Ressalta-se que os quantitativos sob demanda possuem natureza meramente estimativa e condicionada, não implicando execução automática, disponibilização imediata, faturamento mensal obrigatório ou direito adquirido da contratada à sua remuneração.

4.8.1.9. Qualquer expansão da solução dependerá de demanda superveniente formalmente justificada pela Administração, com indicação do evento que motivou o acréscimo, demonstração da necessidade concreta, definição dos quantitativos a serem acrescidos, comprovação da compatibilidade com o objeto contratado, análise de disponibilidade orçamentária e autorização pela autoridade competente.

4.8.1.10. As correspondentes alterações quantitativas contratuais, quando cabíveis, serão formalizadas por meio de termo aditivo, observados os limites legais aplicáveis, a vantajosidade para a Administração, os preços unitários contratados e a manutenção da compatibilidade com o Termo de Referência.

4.8.1.11. Dessa forma, a previsão dos quantitativos sob demanda busca mitigar o risco de subdimensionamento da contratação diante da expansão planejada do hospital, sem autorizar pagamento antecipado, automático ou desvinculado de necessidade efetivamente comprovada.

4.8.1.12. A Contratada só deverá mobilizar, recrutar e alocar os profissionais referentes aos "Postos sob Demanda" mediante solicitação expressa da Fiscalização do Contrato, através de Ordem de Serviço, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para a mobilização da mão de obra.

4.8.1.13. O faturamento mensal corresponderá estritamente aos postos e equipamentos efetivamente ativados e medidos no período.

4.8.1.14. Detalhamento do Item 7 – Locação de Solução Integrada de Segurança Eletrônica - Central In loco:

Equipamentos em Locação	UNIDADE	BASE	QUANTITATIVO SOB DEMANDA - EXPANSÃO OPERACIONAL	TOTAL ESTIMADO
Câmera IP de 4 MP com reconhecimento facial	unidade	7	2	9
Câmera IP de 2 MP	unidade	1	1	2
Câmera IP	unidade	174	44	218
Câmera IP de 5 MP	unidade	1	0	1
Câmera IP Bullet Panorâmica	unidade	10	3	13
Câmera IP com leitura automática de placas	unidade	5	2	7
VMS de gerenciamento de sistema de videomonitoramento, incluindo os recursos de busca forense e analíticos de vídeo previstos neste Termo de Referência	unidade	1	0	1
Video Storage para até 16 HDs com fonte redundante	unidade	1	0	1
Rack de piso desmontável	unidade	1	0	1
Disco rígido para uso exclusivo em CFTV	unidade	12	0	12
Nobreak on line rack/torre	unidade	1	0	1
Placa SNMP para gerenciamento remoto	unidade	1	0	1
Conjunto trilho para rack	unidade	1	0	1
Roteador de acesso gerenciável 5 portas Gigabit Ethernet	unidade	1	0	1
Protetor eletrônico com 8 ou 12 tomadas para Racks	unidade	1	0	1
Switch não gerenciável 16 portas Gigabit Ethernet	unidade	1	0	1
Mini Rack desmontável 19" 5U 570mm	unidade	20	5	25
Nobreak interativo monovolt	unidade	20	5	25
Switch não gerenciável PoE 20 portas Gigabit Ethernet	unidade	20	5	25
Conjunto Porca Gaiola com parafuso e arruela	unidade	300	0	300
Caixa de passagem para CFTV	unidade	200	0	200
Cabo U/UTP GIGA para rede de dados categoria CAT.6	metro	9.150	0	9.150
CONEX 1000 RJ45 CAT.6 - pct c/ 50 un	pacote	12	0	12
Controlador de acesso com reconhecimento facial	unidade	22	6	28
Fechadura-eletroimã com sensor	unidade	22	0	22
Fonte de alimentação ininterrupta	unidade	22	0	22
Acionador abertura infravermelho	unidade	22	0	22
Rack outdoor 19" 8U 470mm	unidade	10	0	10
Catraca tipo pedestal com reconhecimento facial	unidade	10	3	13
Servidor padrão rack 2U para software VMS, homologado pelo fabricante da plataforma, com GPU dedicada off-board, dimensionada para suportar o processamento requerido pela solução	unidade	1	0	1
Servidor padrão rack 2U para software VMS - Cliente	unidade	1	0	1
Smart TV de 50 Polegadas	unidade	4	0	4
Suporte articulado de parede para TV, ajuste livre - suporta até 50kgs	unidade	4	0	4
Serviços de implantação, configuração, ativação, integração e comissionamento	conjunto	1	0	1
Serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, operação assistida e atualização tecnológica	conjunto	1	0	1

Incremento estimativo de licenciamento, capacidade de processamento, armazenamento e suporte associado à expansão	conjunto	0	1	1
---	----------	---	---	----------

4.8.1.15. Os quantitativos de equipamentos em locação apresentados na tabela acima encontram-se distribuídos entre quantitativo base, correspondente à necessidade inicial para operacionalização da solução na estrutura atualmente existente, e quantitativo sob demanda, de natureza meramente estimativa, destinado a eventuais ampliações do parque de segurança eletrônica e dos pontos monitorados ao longo da vigência contratual.

4.8.1.16. Os quantitativos classificados como sob demanda não implicam disponibilização imediata, execução automática ou consumo integral, e somente poderão ser acionados mediante necessidade devidamente justificada pela Administração, emissão de Ordem de Serviço, disponibilidade orçamentária e observância das condições contratuais e legais aplicáveis.

4.8.1.17. A Contratada deverá dimensionar a solução, incluindo VMS, servidores, storage, licenças e demais componentes necessários, de modo a suportar, além do quantitativo base, o quantitativo total estimado previsto na tabela, preservando os parâmetros mínimos de operação, desempenho e disponibilidade definidos neste Termo de Referência, inclusive quanto à gravação, pesquisa, consulta, exportação de evidências e operação contínua 24x7.

4.8.1.18. Para fins de formação do preço de referência, serão considerados o quantitativo base e o quantitativo sob demanda constantes da tabela, conforme memória de cálculo específica constante nos autos do processo, sem que isso implique obrigação de execução integral dos quantitativos adicionais.

4.8.1.19. A eventual ampliação do parque tecnológico será medida e faturada somente quando efetivamente demandada, implantada, disponibilizada e atestada, mediante Ordem de Serviço, observadas as regras de medição e pagamento previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

4.8.1.20. **Especificações técnicas mínimas dos equipamentos em locação**

1 - Câmera IP com reconhecimento facial

- a) Resolução mínima: 4 MP.
- b) Certificações mínimas: IP67 e IK10, ou superior.
- c) Lente varifocal motorizada, com ajuste compatível com a distância de captura e o enquadramento definido para o ponto de instalação.
- d) Distância focal compatível com a cobertura prevista, tendo como referência funcional faixa aproximada entre 2,7 mm e 12 mm, admitida solução equivalente ou superior.
- e) Abertura, sensibilidade à luz e recursos de imagem compatíveis com operação em baixa luminosidade e captura adequada de faces.
- f) Zoom óptico e/ou digital compatível com o ajuste de enquadramento necessário ao ponto de instalação.
- g) Ângulo de visão compatível com a área a ser monitorada, tendo como referência funcional campo horizontal aproximado entre 107º e 48º, vertical aproximado entre 55º e 27º e diagonal aproximado entre 130º e 56º, admitida solução equivalente ou superior.
- h) Operação dia/noite com iluminação infravermelha ou tecnologia equivalente.
- i) Distância mínima do infravermelho: 40 metros, ou desempenho equivalente comprovado.
- j) Recursos mínimos de IA embarcada ou integrada: reconhecimento facial, captura de face com metadados, contagem de pessoas — entradas, saídas e quantidade de pessoas na área — e inteligência perimetral, incluindo linha virtual e cerca virtual, ou funcionalidades equivalentes.
- k) Integração plena com o VMS, incluindo cadastro, gravação, visualização, pesquisa, eventos e exportação de evidências.
- l) Sensor de imagem, processamento e recursos internos compatíveis com resolução mínima de 4 MP, operação em baixa luminosidade e execução dos analíticos exigidos.
- m) Alimentação por 12 Vdc, 24 Vac, PoE ou padrão equivalente compatível com a infraestrutura.

2 - Câmera IP de 2 MP

- a) Resolução mínima: 2 MP.
- b) Certificações mínimas: IP67, ou superior.
- c) Lente fixa.
- d) Distância focal compatível com a cobertura prevista, tendo como referência funcional 2,8 mm, admitida solução equivalente ou superior.

- e) Abertura, sensibilidade à luz e recursos de imagem compatíveis com operação em baixa luminosidade.
- f) Ângulo de visão compatível com a área a ser monitorada, tendo como referência funcional mínimo aproximado horizontal de 107º e vertical de 56º, admitida solução equivalente ou superior.
- g) Operação dia/noite com iluminação infravermelha ou tecnologia equivalente.
- h) Distância mínima do infravermelho: 30 metros, ou desempenho equivalente comprovado.
- i) Recursos mínimos: detecção de movimento, região de interesse, máscara de vídeo ou privacidade e análise de vídeo, incluindo linha virtual e cerca virtual.
- j) Integração plena com o VMS, incluindo cadastro, gravação, visualização, pesquisa, eventos e exportação de evidências.
- k) Sensor de imagem e processamento compatíveis com resolução mínima de 2 MP.
- l) Alimentação por 12 Vdc, PoE 802.3af ou padrão equivalente.

3 - Câmera IP

- a) Resolução mínima: 2 MP.
- b) Certificações mínimas: IP67, ou superior.
- c) Lente fixa.
- d) Distância focal compatível com a cobertura prevista, tendo como referência funcional 2,8 mm, admitida solução equivalente ou superior.
- e) Abertura, sensibilidade à luz e recursos de imagem compatíveis com operação em baixa luminosidade.
- f) Ângulo de visão compatível com a área a ser monitorada, tendo como referência funcional mínimo aproximado horizontal de 99º, vertical de 55º e diagonal de 117º, admitida solução equivalente ou superior.
- g) Operação dia/noite com iluminação infravermelha ou tecnologia equivalente.
- h) Distância mínima do infravermelho: 30 metros, ou desempenho equivalente comprovado.
- i) Integração plena com o VMS, incluindo cadastro, gravação, visualização, pesquisa, eventos e exportação de evidências.
- j) Sensor de imagem e processamento compatíveis com resolução mínima de 2 MP / Full HD.
- k) Alimentação por 12 Vdc, PoE 802.3af ou padrão equivalente.
- l) Funções mínimas: mascaramento, detecção de movimento e área de interesse.

4 - Câmera IP de 5 MP

- a) Resolução mínima: 5 MP.
- b) Certificações mínimas: IP67 e IK10, ou superior.
- c) Lente fixa, panorâmica, fisheye ou tecnologia equivalente compatível com a cobertura prevista.
- d) Distância focal compatível com campo de visão panorâmico amplo, tendo como referência funcional 1,4 mm, admitida solução equivalente ou superior.
- e) Abertura, sensibilidade à luz e recursos de imagem compatíveis com a finalidade do ponto de instalação.
- f) Ângulo de visão panorâmico amplo, tendo como referência funcional cobertura horizontal, vertical e diagonal de até 180º, admitida solução equivalente que assegure a cobertura pretendida.
- g) Integração plena com o VMS, incluindo cadastro, gravação, visualização, pesquisa, eventos e exportação de evidências.
- h) Sensor de imagem e processamento compatíveis com resolução mínima de 5 MP.
- i) Alimentação por 12 Vdc, PoE 802.3af ou padrão equivalente.
- j) Campo de visão panorâmico amplo, com tecnologia equivalente a 180º, quando aplicável ao uso pretendido.
- k) Recursos mínimos de analítica: contagem de pessoas e analítica perimetral, incluindo linha virtual e cerca virtual, no mínimo.

5 - Câmera IP Bullet Panorâmica

- a) Resolução mínima: 4 MP.

- b) Sensor de imagem e processamento compatíveis com resolução mínima de 4 MP.
- c) Certificações mínimas: IP67, ou superior.
- d) Lente fixa, panorâmica ou tecnologia equivalente compatível com a área de cobertura prevista.
- e) Distância focal compatível com campo de visão panorâmico amplo, tendo como referência funcional 2,1 mm, admitida solução equivalente ou superior.
- f) Abertura, sensibilidade à luz e recursos de imagem compatíveis com a finalidade do ponto de instalação.
- g) Ângulo de visão panorâmico amplo, tendo como referência funcional horizontal aproximado de 180º e vertical aproximado de 78º, admitida solução equivalente que assegure a cobertura pretendida.
- h) Integração plena com o VMS, incluindo cadastro, gravação, visualização, pesquisa, eventos e exportação de evidências.
- i) Alimentação por 12 Vdc, PoE 802.3af ou padrão equivalente.
- j) Inteligência artificial embarcada ou integrada à solução.
- k) Campo de visão panorâmico amplo, com tecnologia equivalente a 180º, quando aplicável ao uso pretendido.
- l) Recursos mínimos de analítica: contagem de pessoas e analítica perimetral, incluindo linha virtual e cerca virtual, no mínimo.
- m) Distância mínima do infravermelho: 30 metros, ou desempenho equivalente comprovado.

6 - Câmera IP com leitura automática de placas — LPR/OCR

- a) Resolução mínima: 4 MP.
- b) Certificações mínimas: IP67 e IK10, ou superior.
- c) Lente varifocal motorizada, compatível com a distância de captura, largura da via, velocidade dos veículos e enquadramento necessário à leitura das placas.
- d) Distância focal compatível com a aplicação, tendo como referência funcional faixa aproximada entre 2,7 mm e 12 mm, admitida solução equivalente ou superior.
- e) Abertura, sensibilidade à luz e recursos de imagem compatíveis com leitura de placas em ambiente externo e em condições variáveis de iluminação.
- f) Zoom óptico e/ou digital compatível com o enquadramento necessário à leitura das placas.
- g) Ângulo de visão compatível com o ponto de instalação, tendo como referência funcional horizontal aproximado entre 92º e 46º, vertical aproximado entre 49º e 26º e diagonal aproximado entre 109º e 53º, admitida solução equivalente ou superior.
- h) Integração plena com o VMS, incluindo cadastro, gravação, visualização, pesquisa, eventos e exportação de evidências.
- i) Sensor de imagem, processamento e recursos internos compatíveis com resolução mínima de 4 MP e leitura automática de placas.
- j) Alimentação por 12 Vdc, PoE ou padrão equivalente.
- k) Inteligência artificial embarcada ou integrada, contemplando, no mínimo:
 - leitura automática de placas veiculares;
 - velocidade máxima de leitura de referência de até 60 km/h, em condições adequadas de instalação e operação;
 - taxa de leitura correta superior a 95%, quando respeitadas as condições adequadas de velocidade, iluminação, ângulo, enquadramento e conservação das placas;
 - suporte ao padrão de placa Mercosul;
 - suporte à captura de placas de motocicleta, desde que respeitadas as condições de instalação e enquadramento;
 - armazenamento de informações mínimas: data, horário, placa, imagem associada, direção e sentido do veículo;
 - registro de cor, marca, tipo ou categoria do veículo, quando disponível na solução;
 - integração para controle de barreiras/cancelas, quando aplicável.

7 - VMS de gerenciamento de sistema de videomonitoramento

- a) Software/plataforma de gerenciamento unificado do sistema de videomonitoramento, compatível com operação corporativa 24x7, permitindo cadastro, visualização, gravação, reprodução, pesquisa, gerenciamento de eventos,

auditoria e exportação de evidências.

b) Deverá ser compatível com câmeras IP, servidores de gravação, unidades de armazenamento, estações de operação, Video Wall ou solução equivalente, bem como permitir integração com dispositivos de controle de acesso, quando aplicável.

c) Deverá possuir arquitetura compatível com ambiente corporativo, preferencialmente cliente-servidor, com controle de usuários, perfis de acesso, trilhas de auditoria e integração com Active Directory, LDAP ou tecnologia equivalente.

d) Deverá ser escalável, suportando expansão modular de canais de vídeo, dispositivos integrados, servidores de gravação, armazenamento, estações de operação, módulos analíticos e demais componentes necessários à ampliação futura da solução.

e) Deverá suportar padrões de compressão H.265, H.264 ou equivalentes/superiores, múltiplos streams de vídeo por câmera, mosaicos personalizados, Video Wall ou funcionalidade equivalente e otimização de decodificação nas estações cliente.

f) O VMS deverá contemplar nativamente, ou por meio de módulos plenamente integrados à plataforma ofertada, analíticos de vídeo para, no mínimo: detecção de objeto deixado/retirado, proteção de perímetro por linha virtual e detecção de permanência suspeita — loitering.

g) Os analíticos deverão permitir geração de eventos, alarmes, pesquisa, visualização, auditoria e exportação de evidências no próprio ambiente do VMS.

h) O sistema deverá permitir busca por evento, pessoa, veículo, área de interesse, data, horário, câmera, regra analítica ou funcionalidade equivalente, bem como receber, indexar e exibir metadados gerados pelos dispositivos, módulos analíticos ou recursos integrados, quando suportado pela solução.

i) Deverá suportar gravação contínua, por agendamento, detecção de movimento, eventos inteligentes e regras analíticas, com configuração de pré-gravação e pós-gravação de, no mínimo, 10 a 30 segundos, ou funcionalidade equivalente.

j) Deverá permitir integração com unidades de armazenamento em rede por protocolo iSCSI, NFS, SMB/CIFS ou equivalente, conforme arquitetura ofertada.

k) O software deverá ser compatível com protocolo ONVIF, preferencialmente perfis S, G e T, ou equivalente, além de permitir integrações nativas, oficiais ou tecnicamente compatíveis para recepção de alarmes, eventos, metadados e inteligências dos dispositivos descritos no projeto.

l) A contratada deverá fornecer todas as licenças necessárias para integrar, habilitar e operar os equipamentos, canais de vídeo, módulos analíticos, funcionalidades de inteligência, estações de operação, armazenamento, integrações e expansões previstas, garantindo o pleno funcionamento da solução.

m) A contratada deverá apresentar documentação técnica, catálogo, manual, declaração do fabricante ou documento equivalente que comprove o atendimento às funcionalidades mínimas exigidas.

8 - Video Storage para até 16 HDs com fonte redundante

a) Servidor de armazenamento em rede, NAS, IP SAN ou equivalente, em formato rack padrão 19 polegadas, com processamento e memória compatíveis com gravação intensiva de vídeo.

b) O equipamento deve possuir suporte nativo para, no mínimo, 16 discos rígidos de interface compatível com a solução ofertada.

c) Deve possuir fonte de alimentação redundante nativa, com no mínimo duas fontes operando em paralelo. Em caso de falha de uma das fontes, a secundária deve assumir a carga sem desligamento ou reinicialização do sistema de gravação.

d) O chassi deve suportar tecnologia hot-swap, permitindo remoção e substituição de discos rígidos com defeito e/ou fonte de alimentação com o equipamento ligado e operando, sem interromper a gravação das demais câmeras.

e) O controlador de armazenamento deverá suportar arranjo RAID 6, ou tecnologia equivalente que assegure tolerância a falha simultânea de, no mínimo, 2 discos, sem perda dos dados gravados, além de suporte à alocação de disco de reserva a quente — Hot-Spare, quando aplicável à arquitetura ofertada.

f) Capacidade de processamento e banda compatíveis com o parque contratado, com referência mínima funcional equivalente a 800 Mbps, ou dimensionamento técnico equivalente comprovado.

g) Deve possuir, no mínimo, 02 portas de rede Gigabit Ethernet, admitindo-se 04 ou mais portas, com suporte a agregação de link, balanceamento de carga ou tolerância a falhas, quando aplicável.

h) Suporte aos protocolos iSCSI, NFS, FTP, SMB/CIFS ou equivalentes e total interoperabilidade com o VMS ofertado.

i) O equipamento deverá ser fornecido com discos rígidos em quantidade e capacidade suficientes para atender à retenção exigida, utilizando discos próprios para videomonitoramento contínuo, uso corporativo, enterprise ou aplicação equivalente de escrita intensiva, projetados para operação 24x7, não sendo admitido o uso de discos de desktop comum.

j) A contratada deverá fornecer a capacidade de armazenamento total necessária que garanta armazenamento líquido e ininterrupto de, no mínimo, 45 dias de gravação para todas as câmeras operando simultaneamente, conforme premissas de gravação definidas no projeto.

k) Para cumprimento da retenção mínima de 45 dias, a capacidade útil entregue deverá considerar resolução, taxa de quadros, compressão, bitrate, regime de gravação, formatação do sistema, redundância adotada e perdas estruturais, devendo a contratada apresentar memória de cálculo do armazenamento.

e) O controlador de armazenamento deverá suportar RAID 6, ou tecnologia equivalente, com tolerância à falha simultânea de, no mínimo, 2 discos, admitido o uso de Hot-Spare quando aplicável à solução ofertada.

9 - Rack de piso desmontável

a) Padrão 19", mínimo 24U, com porta e chave.

b) Estrutura adequada a ambiente corporativo e carga compatível com os equipamentos instalados.

10 - Disco rígido para uso exclusivo em CFTV

a) HD dedicado para CFTV, videomonitoramento, uso corporativo ou aplicação equivalente de operação contínua 24x7.

b) Capacidade mínima: 10 TB por unidade.

c) Interface e desempenho compatíveis com o equipamento de armazenamento ofertado e com gravação intensiva de vídeo.

d) Garantia mínima: 3 anos.

11 - Nobreak on-line rack/torre

a) Topologia on-line, dupla conversão, com tempo de comutação 0 ms.

b) Operação em rede 220 V, ou compatível com a infraestrutura.

c) Possibilidade de gerenciamento local e/ou remoto e expansão de autonomia, quando aplicável.

d) Capacidade compatível com a carga dos equipamentos alimentados.

12 - Placa SNMP para gerenciamento remoto

a) Placa/interface SNMP compatível com o nobreak fornecido, permitindo monitoramento remoto de status, alarmes e eventos.

13 - Conjunto trilho para rack

a) Trilho para rack 19", compatível com os equipamentos fornecidos e capacidade de carga compatível, tendo como referência funcional mínima 60 kg, quando aplicável.

14 - Roteador de acesso gerenciável 5 portas Gigabit Ethernet

a) Mínimo de 5 portas Gigabit, com recursos de gerenciamento e desempenho compatíveis com ambiente corporativo.

15 - Protetor eletrônico com 8 ou 12 tomadas para racks

a) Protetor para rack com mínimo 8 tomadas, admitindo-se 12 tomadas, padrão NBR, com proteção contra surtos e disjuntor rearmável ou equivalente.

16 - Switch não gerenciável 16 portas Gigabit Ethernet

a) Switch não gerenciável com mínimo 16 portas Gigabit.

b) Adequado para instalação em rack, 1U ou equivalente, e uso corporativo.

17 - Mini Rack desmontável 19" 5U 570 mm

a) Rack padrão 19", mínimo 5U, com porta e chave, adequado à instalação distribuída.

18 - Nobreak interativo monovolt

a) Potência mínima equivalente a 700 VA / 350 W, ou superior.

b) Mínimo de 4 tomadas e proteções elétricas compatíveis.

19 - Switch não gerenciável PoE 20 portas Gigabit Ethernet

a) Switch não gerenciável com PoE, total mínimo de 20 portas, com referência funcional de, no mínimo, 16 portas PoE e portas de uplink, ou configuração superior/equivalente.

b) Portas Gigabit e potência PoE total compatível com o parque de câmeras, controladores e demais dispositivos

alimentados.

c) Compatibilidade com padrões PoE IEEE 802.3af/at ou equivalentes, conforme equipamentos conectados.

d) Proteções elétricas compatíveis com uso corporativo.

20 - Conjunto porca gaiola com parafuso e arruela

a) Kit compatível com rack 19", padrão usual M6 ou equivalente, para fixação dos equipamentos.

21 - Caixa de passagem para CFTV

a) Caixa de passagem compatível com CFTV IP e instalações prediais, adequada à acomodação de conexões e passagem de cabos.

b) Para áreas externas, admitir grau de proteção compatível, como IP65/IP66 ou equivalente.

22 - Cabo U/UTP GIGA CAT.6

a) Cabo de rede CAT.6 U/UTP, adequado a Gigabit Ethernet e PoE, conforme normas aplicáveis.

23 - CONEX 1000 RJ45 CAT.6

a) Conector RJ45 CAT.6 compatível com o cabo fornecido.

b) Conformidade com normas, como ANSI/TIA-568 e/ou ISO/IEC 11801 ou equivalentes.

c) Compatível com PoE.

24 - Controlador de acesso com reconhecimento facial

a) Autenticação por reconhecimento facial com mecanismo antifraude, anti-fake, detecção de vivacidade ou equivalente.

b) Capacidade mínima funcional compatível com o porte da instituição, tendo como referência suporte a milhares de usuários/templates.

c) Conectividade mínima Ethernet e integração com a solução de controle de acesso, VMS, SOC ou equivalente.

d) Registro de eventos de acesso, horários, usuários e status operacional.

e) Deverá permitir integração com a solução central de controle de acesso, VMS/SOC ou plataforma equivalente, possibilitando registro, consulta, auditoria e exportação de eventos de acesso.

25 - Fechadura eletroímã com sensor

a) Fechadura eletroímã compatível com controladora de acesso, com sensor ou recurso de monitoramento de estado da porta.

b) Grau de proteção compatível com o uso, tendo como referência IP66 para áreas externas ou equivalente, quando aplicável.

c) Força mínima de retenção compatível com o tipo de porta e criticidade do ambiente, tendo como referência funcional aproximadamente 150 kgf ou superior.

26 - Fonte de alimentação ininterrupta

a) Fonte para controle de acesso com saída e corrente compatíveis, com suporte a bateria e temporização/controle, ou equivalente, garantindo continuidade de operação.

b) Proteções contra sobrecarga, curto-circuito e demais proteções elétricas compatíveis com a aplicação.

27 - Acionador abertura infravermelho

a) Acionador por presença/movimento para abertura, com contato seco NO/NC e compatível com o sistema de controle de acesso.

28 - Rack outdoor 19" 8U 470 mm

a) Rack padrão 19", mínimo 8U, adequado à instalação em ambiente externo conforme necessidade do ponto, com vedação e robustez compatíveis.

29 - Catraca tipo pedestal com reconhecimento facial

a) Catraca pedestal com controle de acesso por reconhecimento facial.

b) Operação bidirecional e mecanismos de liberação/emergência compatíveis.

c) Capacidade de cadastro/eventos compatível com o porte da instituição, tendo como referência funcional suporte a milhares de faces, cartões ou credenciais equivalentes e centenas de eventos, ou superior.

d) Integração com a solução de controle de acesso, VMS, SOC ou equivalente.

e) A solução deverá permitir registro, consulta, auditoria e exportação dos eventos de acesso, com integração ao sistema central de controle de acesso, VMS/SOC ou plataforma equivalente.

30 - Servidor padrão rack 2U para software VMS

a) Servidor padrão rack 2U, ou formato equivalente compatível com rack 19", com recursos de gerenciamento remoto, como IPMI ou equivalente.

b) Capacidade de processamento, memória, armazenamento e rede compatíveis com o parque contratado, garantindo operação do VMS e serviços associados 24x7.

c) Mínimo de 2 interfaces de rede 1GbE ou superior.

d) Servidor compatível com a solução VMS ofertada.

e) O equipamento deverá possuir aceleradora gráfica dedicada, GPU ou recurso equivalente, quando necessário ao processamento simultâneo de recursos de inteligência artificial, analíticos de vídeo, eventos inteligentes, metadados, busca operacional ou demais funcionalidades previstas no projeto, sem causar gargalos operacionais.

f) A contratada deverá apresentar dimensionamento técnico demonstrando que o servidor suporta a quantidade de câmeras, fluxos, gravações, metadados, usuários, buscas e integrações previstas.

31 - Servidor padrão rack 2U para software VMS – Cliente

a) Estação de trabalho, servidor cliente ou equipamento equivalente, compatível com operação corporativa contínua, destinado à operação do VMS, visualização de câmeras, Video Wall, gerenciamento de eventos, alarmes, metadados e recursos de inteligência artificial previstos na solução.

b) O equipamento deverá possuir capacidade de processamento compatível com a operação simultânea do VMS, múltiplos fluxos de vídeo, mosaicos, reprodução de gravações, eventos inteligentes, regras analíticas e funcionalidades de IA centralizadas ou integradas ao VMS, especialmente quando tais recursos não estiverem embarcados nas câmeras.

c) Processador de alto desempenho, compatível com a aplicação pretendida, tendo como referência funcional mínima processador Intel Core i7 de 12ª geração, AMD Ryzen 7 série 5000/7000 ou equivalente/superior.

d) Memória RAM mínima de 32 GB, em tecnologia DDR4 ou superior/equivalente.

e) Armazenamento interno em SSD de, no mínimo, 512 GB, preferencialmente NVMe ou tecnologia equivalente/superior.

f) O equipamento deverá possuir placa gráfica dedicada, GPU profissional/corporativa ou recurso equivalente de aceleração gráfica e/ou computacional, compatível com decodificação simultânea de múltiplos fluxos de vídeo, operação de Video Wall, mosaicos, processamento de eventos, metadados, regras analíticas e recursos de IA previstos na solução.

g) Como referência funcional mínima para a GPU ou recurso equivalente, deverá ser considerada capacidade compatível com placa gráfica dedicada com memória de vídeo mínima de 8 GB, admitida solução superior ou arquitetura equivalente, desde que comprovado o desempenho necessário à operação do VMS, Video Wall, analíticos de vídeo e recursos de IA previstos.

h) O equipamento deverá possuir interfaces de vídeo, rede e conectividade em quantidade e padrão compatíveis com a operação prevista, incluindo, no mínimo, interface de rede Gigabit Ethernet ou superior.

i) A fonte de alimentação deverá ser dimensionada de forma compatível com a configuração ofertada, considerando processador, GPU, armazenamento e operação contínua, com certificação de eficiência energética quando aplicável.

j) A contratada deverá apresentar memória de dimensionamento técnico, catálogo, manual, declaração do fabricante ou documento equivalente demonstrando que a estação/servidor cliente suporta a quantidade de câmeras, fluxos simultâneos, monitores, mosaicos, Video Wall, eventos, alarmes, metadados, regras analíticas e recursos de IA previstos para o ambiente de operação.

k) O equipamento deverá ser compatível com o VMS ofertado e, quando aplicável, homologado, recomendado ou tecnicamente validado pelo fabricante da solução.

32 - Smart TV de 50 Polegadas

a) Tela mínimo 50", resolução 4K.

b) Conectividade mínima: HDMI e rede, Wi-Fi e/ou LAN.

33 - Suporte articulado de parede para TV

a) Suporte articulado compatível com TV de 50", carga suportada mínimo 50 kg, ou superior.

Do Dimensionamento da Solução e Prevalência do Resultado

4.8.1.20.1. As especificações e os quantitativos apresentados na tabela de equipamentos em locação constituem o referencial mínimo aceitável pela Administração para a formulação das propostas.

4.8.1.20.2. É de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, durante a elaboração de sua proposta de preços, realizar a análise técnica e o correto dimensionamento de toda a infraestrutura necessária (incluindo, mas não se limitando a: capacidade de armazenamento em Terabytes, processamento de CPU/GPU, memória RAM e potência/autonomia de Nobreaks e banco de baterias).

4.8.1.20.3. Caso a tecnologia, a arquitetura ou o software (VMS) ofertados pela Licitante exijam capacidades superiores aos mínimos descritos na tabela para garantir o fiel cumprimento dos Instrumento de Medição de Resultado (IMR) — em especial a retenção de 45 dias ininterruptos de imagens, a execução de Inteligência Artificial sem gargalos e a autonomia elétrica mínima de 15 minutos —, a Contratada obriga-se a fornecer a infraestrutura redimensionada sem qualquer ônus adicional ao HU-UFPI/HU BRASIL.

4.8.1.20.4. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá pleitear reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos contratuais ou isenção de penalidades alegando que as especificações mínimas listadas na tabela de referência foram insuficientes para o alcance dos resultados e da disponibilidade exigidos neste Termo de Referência.

4.9. A disponibilização/instalação de itens de expansão ocorrerá sob demanda, mediante Ordem de Serviço, condicionada à necessidade justificada e à disponibilidade orçamentária, não implicando obrigação de utilização integral do quantitativo estimado.

4.10. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e Convenções Coletivas de Trabalho respectivos.

4.11. As quantidades mencionadas são estimadas e poderão ser implementadas em todo ou em parte, ao longo do Contrato decorrente, dependendo da necessidade da Administração do HU-UFPI/HU Brasil.

4.12. O presente Termo de Referência visa orientar o processo de contratação e definir o conjunto de elementos técnicos que deverão nortear a execução das atividades, a fim de assegurar qualidade, racionalidade, economicidade, eficiência e eficácia à instituição.

4.13. O objeto especifica os serviços a serem executados pela CONTRATADA, bem como estabelece os critérios, parâmetros, requerimentos mínimos de qualidade e condições gerais para a condução dos serviços sob sua responsabilidade.

4.14. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e possuírem marca e modelo em conformidade à proposta comercial da empresa. Não serão admitidos equipamentos divergentes da proposta comercial.

4.14.1. A exigência de que todos os equipamentos e materiais fornecidos em regime de locação sejam novos e de primeiro uso possui fundamentação técnica e econômica sólida, essencial para garantir a eficiência operacional, a alta disponibilidade e a qualidade contínua dos serviços integrados de segurança patrimonial, videomonitoramento inteligente por CFTV (com inteligência artificial), Central de Operações de Segurança (SOC) e controle eletrônico de acesso no HU-UFPI/HU Brasil.

4.14.2. Do ponto de vista técnico, equipamentos novos trazem consigo a garantia de fábrica, o que assegura a durabilidade, o perfeito funcionamento e a atualização de firmware necessária para a integração sistêmica. Isso minimiza o risco de falhas de hardware que poderiam causar pontos cegos no monitoramento ou travamentos em catracas, eliminando interrupções que comprometeriam a segurança ininterrupta do ambiente hospitalar. Além disso, os recursos avançados de inteligência artificial e analíticos de vídeo exigem alta capacidade de processamento, bem como lentes e sensores novos que garantam a nitidez necessária para a precisão das leituras, o que não seria plenamente alcançado com dispositivos antigos ou desgastados.

4.14.3. Sob a ótica econômica e operacional, a utilização de tecnologias modernas favorece a eficiência energética, reduzindo o impacto no consumo de eletricidade do hospital, visto que os sistemas de segurança operam em alta demanda de forma contínua (24x7). Dispositivos novos também demandam menor manutenção corretiva, evitando custos extras e desgastes logísticos com substituições frequentes.

4.14.4. Por fim, a obrigatoriedade de itens novos, comprovados mediante apresentação de nota fiscal, promove a transparência e a segurança jurídica do certame. Essa medida simplifica o registro, a fiscalização do contrato e o controle patrimonial pela administração do HU-UFPI/HU Brasil, facilitando auditorias e prestações de contas ao afastar quaisquer incertezas sobre a procedência, o histórico de depreciação ou o valor residual dos bens locados.

4.15. Visando garantir o pleno funcionamento das ferramentas de Inteligência Artificial, Busca Forense Avançada e extração de metadados especificadas neste Termo de Referência, é condição obrigatória que as Câmeras IP, o Software de Gerenciamento de Vídeo - VMS e o Servidor de Armazenamento - Storage sejam, obrigatoriamente, com integração nativa plena, homologada pelo fabricante do VMS, sem middleware não nativo, comprovada por documentação oficial, laudos, datasheets e eventualmente POC/demonstração técnica.

4.15.1. A exigência de integração nativa plena e homologada entre as Câmeras IP, o VMS e o Storage é indispensável para garantir a eficiência técnica, a viabilidade econômica e a legalidade do certame.

4.15.2. Sob o aspecto técnico, ferramentas complexas de Inteligência Artificial, Busca Forense e extração de metadados exigem sincronização perfeita e tráfego massivo de dados; a eliminação de *middlewares* de terceiros previne latências, falhas de comunicação e perda de integridade das provas em vídeo.

4.15.3. Economicamente, a solução nativa protege o investimento público ao centralizar o suporte, evitar custos ocultos com licenças intermediárias e mitigar o risco de obsolescência por desatualização de softwares terceiros.

4.15.4. Juridicamente, a condição não restringe a competitividade, pois foca na relação de compatibilidade entre os equipamentos e não em uma marca exclusiva, existindo ampla variedade de grandes fabricantes homologados no mercado. Assim, a comprovação por laudos, *datasheets* e Prova de Conceito (POC) resguarda o interesse público, assegurando uma contratação eficaz, isonômica e de alto desempenho operacional.

4.16. Não serão aceitas soluções compostas por adaptações ou que dependam de softwares intermediários (*plugins* não nativos) para traduzir os eventos de Inteligência Artificial das câmeras para o servidor.

4.17. **Armazenamento das gravações**

4.17.1. O dimensionamento do Storage e dos Discos Rígidos deve garantir a gravação contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana) de todas as câmeras por, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias ininterruptos.

4.17.2. O cálculo de armazenamento deve considerar, obrigatoriamente, a resolução nativa de cada câmera, taxa mínima de 15 FPS (frames por segundo) e compressão H.265 ou superior, atrelada à marcação inteligente de eventos (movimento) na linha do tempo.

4.17.3. O Video Storage deve operar obrigatoriamente com arranjo de discos com tolerância a falhas, configurado em padrão RAID 6.

4.17.4. O sistema deve garantir a integridade total do acervo de imagens de 45 dias e a continuidade ininterrupta das gravações mesmo em caso de falha física ou queima de discos rígidos.

4.17.5. O software VMS ofertado deve possuir licenças nativas integradas para Busca Forense (pesquisa inteligente por aparência ou sinopse de vídeo), permitindo a localização rápida de pessoas em múltiplas câmeras por meio de filtros de características (cor, vestimenta, gênero, etc.).

4.17.6. O VMS deve contemplar nativamente os analíticos de detecção de objeto deixado/retirado, proteção de perímetro (linha virtual) e detecção de permanência suspeita (loitering).

4.17.7. O Servidor do VMS deve possuir hardware e processamento gráfico (GPU) dimensionados e homologados pelo fabricante do software para suportar todos os analíticos exigidos sem gargalos operacionais.

4.18. **Integração dos equipamentos ao VMS e licenças**

4.18.1. Todos os equipamentos devem ter integração nativa, licenciamento compatível e homologação direta com o VMS ofertado.

4.18.2. A contratada deverá fornecer e manter as todas as licenças ativas e regularizadas durante a vigência do contrato.

4.18.3. A contratada deverá se responsabilizar de incluir todas as atualizações de versão (upgrades), correções de bugs e patches de segurança que venham a ser liberados pelos fabricantes ao longo dos anos de contrato, sem custos adicionais.

4.18.4. **Desmobilização dos equipamentos**

4.18.5. Ao término ou rescisão do contrato, a Contratada terá 30 (trinta) dias corridos para retirar todos os equipamentos e materiais cedidos em locação, de forma alinhada com a Fiscalização.

4.18.6. A Contratada deverá recompor integralmente a infraestrutura predial afetada pela desmobilização, o que inclui fechamento de furos, reparos em forros (gesso/PVC), pintura, calhas e caixas de passagem.

4.18.7. A liberação da Garantia Contratual e de eventuais pagamentos finais ficará condicionada à vistoria e aprovação dessa recomposição física pela Administração.

4.19. **Início da execução dos serviços**

4.19.1. 27 de Julho de 2026.

4.20. **Da implantação dos serviços**

4.20.1. Fase 1: no primeiro dia de vigência do contrato, a Contratada deverá assumir de forma imediata 100% dos postos de Vigilância Física (armada e desarmada) solicitados para implantação inicial, garantindo a proteção orgânica ininterrupta das instalações do HU-UFPI/HU BRASIL.

4.20.2. Fase 2: a Contratada terá o prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos para concluir a montagem física da solução tecnológica (lançamento de cabeamento, fixação de câmeras IP, instalação de Servidores, Video Storage, Mini Racks e ativos de rede).

4.20.3. Fase 3: a Contratada terá o prazo máximo de até 90 (noventa) dias corridos para entregar a solução tecnológica 100% configurada e operante (software VMS, banco de dados da Inteligência Artificial, integrações de controle de acesso e treinamentos).

4.20.4. A mobilização e o início das atividades dos postos de Operador de Monitoramento/CFTV ocorrerão exclusivamente após a conclusão da Fase 3 mediante Ordem de Serviço expressa da Fiscalização do Contrato. Fica vedada a alocação destes profissionais enquanto não houver sistema tecnológico operante para monitoramento.

4.20.5. O faturamento dos serviços ocorrerá de forma desmembrada, condicionada à efetiva entrega e aceite da Fiscalização: a) Os postos de Vigilância Física (Fase 1) serão faturados desde o primeiro dia da efetiva assunção. b) Os postos de Operador de CFTV (**Fase 4**) só iniciarão seu faturamento a partir da data em que os profissionais iniciarem suas atividades na central de monitoramento operacional. c) A parcela referente à locação do parque tecnológico em locação (hardwares e licenças) só iniciará seu faturamento após a emissão do Termo de Recebimento Provisório pela Administração, não cabendo cobrança retroativa referente ao período de instalação.

4.20.6. Eventuais solicitações de prorrogação dos prazos de implantação definidos neste Termo de Referência deverão ser formalizadas pela Contratada, por escrito e com a devida comprovação técnica, antes do vencimento do prazo estipulado. A concessão da prorrogação será avaliada exclusivamente pela Equipe de Fiscalização do Contrato, podendo ser deferida em casos de comprovada força maior, caso fortuito ou motivos justificados e aceitos pela Administração, não constituindo direito subjetivo da Contratada.

4.20.7. A CONTRATADA deverá executar os serviços nas dependências internas e externas do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (EBSERH HU-UFPI/HU Brasil), localizado na Av. Universitária, S/N - Ininga - CEP: 64049-550, Teresina- PI.

4.21. **Da localização dos equipamentos**

4.21.1. O mapa com os pontos exatos de instalação será fornecido exclusivamente à empresa vencedora na fase de implantação.

4.21.2. Para elaboração da proposta de preços, as licitantes deverão basear-se nos quantitativos globais deste Termo de Referência e nos dados levantados na Vistoria Técnica prévia.

4.22. **Responsabilidades de infraestrutura e instalações**

4.22.1. A infraestrutura necessária para a passagem e acomodação dos cabos da solução, incluindo, mas não se limitando a eletrodutos, eletrocalhas/canaletas, caixas e demais acessórios, é de responsabilidade da CONTRATADA, observadas as normas técnicas aplicáveis e as condições prediais existentes.

4.22.2. As tomadas de energia e os pontos de rede/internet necessários ao funcionamento dos equipamentos elétricos/eletrônicos da solução (incluindo câmeras, nobreaks, roteadores, switches, protetores eletrônicos, controladores de acesso, fechaduras eletromagnéticas, servidores e Smart TV, entre outros) deverão ser implantados pela CONTRATADA, com validação prévia da CONTRATANTE quanto à localização e conformidade.

4.22.3. As adequações de infraestrutura necessárias no espaço destinado à Central in loco são de responsabilidade da CONTRATADA, devendo seguir as normas vigentes e boas práticas de instalação, vedado o uso de "T", benjamins e extensões como solução permanente para alimentação elétrica, salvo autorização formal da CONTRATANTE para situações transitórias.

4.22.4. A instalação de racks e bancadas é de responsabilidade da CONTRATADA, devendo o local de instalação ser previamente validado pela CONTRATANTE.

4.22.5. A instalação e o remanejamento de câmeras e demais dispositivos integrantes da solução são de responsabilidade da CONTRATADA, mediante demanda formal, observadas as regras de Ordem de Serviço e limites contratuais.

4.23. **Funcionários alocados para a prestação do serviço**

4.23.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e Convenções Coletivas de Trabalho respectivas.

4.23.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente 01 (um) Preposto e seu substituto, no momento da assinatura do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, e apresentar declaração, em que deverá constar o nome completo, número de CPF e do documento de identidade e qualificação profissional para atender ao HU-UFPI/HU BRASIL e com a atribuição de gerir as demandas sobre os funcionários da Contratada.

4.23.3. A Contratada deverá manter 01 (um) preposto diariamente no HU-UFPI/HU Brasil, durante todo o período de vigência do contrato, para representá-la na execução do contrato, preferencialmente de 8:00h às 18:00h, e conforme necessidade da Administração, respeitando o intervalo intrajornada e o limite de jornada de trabalho.

4.23.4. O profissional designado como preposto deverá demonstrar capacidade gerencial, boa capacidade interpessoal e conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela Contratada e fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização contratual.

4.23.5. O Valor do preposto não deve ser colocado na Planilha de Custos a ser apresentado pelas empresas.

4.23.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

4.23.7. As atribuições de recebimento de demandas pelo preposto visam descaracterizar qualquer relação direta de subordinação entre a Administração e os funcionários da CONTRATADA.

4.24. **Obrigações, Horários e Frequências**

4.24.1. Conforme Plano de trabalho, as seguintes tarefas gerais devem ser observadas por todas as categorias:

4.24.1.1. Cumprir e fazer cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens da administração do HU-UFPI/HU BRASIL;

4.24.1.2. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;

4.24.1.3. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;

4.24.1.4. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do HU-UFPI/HU BRASIL e do seu local de trabalho;

4.24.1.5. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;

4.24.1.6. Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;

4.24.1.7. Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando ao responsável qualquer eventualidade que observe;

4.24.1.8. Comunicar à segurança a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;

4.24.1.9. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;

4.24.1.10. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;

4.24.1.11. Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;

4.24.1.12. Apresentar-se sempre com crachá;

4.24.1.13. Usar o uniforme, zelando por sua conservação e comunicando ao preposto a necessidade de reposição;

4.24.1.14. Reportar-se ao preposto, com a devida antecedência, para comunicação de possíveis atrasos, faltas ou quaisquer eventualidades;

4.24.1.15. Providenciar de imediato todo o material necessário para o bom andamento do serviço e conservação do local de trabalho, bem como seu uso com parcimônia;

4.24.1.16. Informar ao superior imediato os equipamentos que apresentarem defeito;

4.24.2. Os serviços deverão ser prestados todos os dias da semana, pelos postos com escala 12x36h, em consonância com o horário de funcionamento das atividades do Hospital Universitário do Piauí – HU-UFPI/HU BRASIL;

4.24.3. Os serviços serão prestados conforme descrito no Termo de Referência, podendo haver flexibilidade de horários de acordo com o que for estabelecido pela equipe de fiscalização do contrato, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

4.25. **Descrições das competências de vigilância e segurança:**

4.25.1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

4.25.2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

4.25.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas.

4.25.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, devendo realizar o devido controle e vigilância da entrada e saída de pessoas no HU-UFPI/HU BRASIL, exigindo sempre o uso de crachás dos colaboradores e servidores e da etiqueta de identificação dos acompanhantes e visitantes.

4.25.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, diariamente, a partir de 18h e nos finais de semana e feriados, identificando o motorista e anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, lotação e tarefa a executar.

4.25.6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.

4.25.7. Comunicar à área de segurança da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração.

4.25.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

4.25.9. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação.

4.25.10. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência.

4.25.11. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.

4.25.12. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.

4.25.13. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.

4.25.14. Assumir diariamente o Posto, devidamente higienizado (barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada), uniformizado (cinto, coturno, meias e crachá de identificação) e equipado (colete à prova de balas, capa de colete balístico, arma não letal, coldre para arma não letal, porta cartucho para arma não letal, cinto tático, apito, lanterna recarregável de longo alcance para postos noturnos, bastão de acionamento eletrônico para controle de ronda, capa de chuva e rádios comunicadores com capacidade de cobertura e frequência, em todas as áreas do HU-UFPI).

4.25.15. Manter-se no Posto, não devendo se afastar, evitando atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

4.25.16. Registrar as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços.

4.25.17. Respeitar a programação dos serviços de capacitação feita periodicamente pela Administração.

4.25.18. Promover a inspeção das dependências do prédio ou área que estiver protegendo, verificando as condições de equipamentos e bens .

4.25.19. Providenciar, imediatamente, em caso de sinistros, desvios, roubos ou invasões e, no sentido de evitar maiores consequências, a comunicação com órgãos ou autoridades competentes.

4.25.20. Exercer o controle da chave do claviculário e, conseqüentemente, controlar o acesso às chaves de todos os setores do HU-UFPI/HU BRASIL.

4.25.21. Executar o controle das áreas de estacionamento, orientando visitantes, servidores e usuários sobre as normas do HU-UFPI/HU BRASIL.

4.25.22. Manter rigoroso controle sobre os veículos particulares que estiverem estacionados nas dependências do HU-UFPI/HU BRASIL.

4.25.23. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas.

4.25.24. Preposto registrar e controlar diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal.

4.26. **Descrições das competências do monitor do sistema eletrônico de segurança interno**

4.26.1. Operar os equipamentos do Sistema de Monitoramento com esmero, habilidade e perícia, sendo responsáveis pelo controle e sigilo de suas senhas.

4.26.2. Realizar, logo no início das suas atividades diárias, inspeção de segurança em todo Sistema de Videomonitoramento e suas respectivas instalações, com vistas a detectar ou identificar quaisquer irregularidades, efetuando as devidas comunicações para a solução imediata das que forem encontradas.

4.26.3. Acompanhar o monitoramento, durante o horário de trabalho, observar os monitores e fiscalizar o sistema de gravação, para alertar e chamar atenção dos vigilantes e agentes de portaria/vigilância nos diferentes postos, quando da ocorrência de quaisquer irregularidades, atitudes suspeitas, sinistros e comportamentos inadequados de usuários.

4.26.4. Manter discrição quanto a tudo o que for visto e observado no decorrer da monitoração, vedados quaisquer comentários e especulações ociosas e desnecessárias.

4.26.5. Preencher relatório de ocorrências para os principais eventos, procedimentos realizados, tarefas agendadas, irregularidades identificadas, dentre outras anotações que sejam importantes e mereçam ser de conhecimento da coordenação da equipe.

4.26.6. Controlar os bens que compõem a carga patrimonial da Sala de Videomonitoramento (SV) (equipamentos, mobiliários e demais materiais)

4.26.7. Atualizar diariamente os dados dos relatórios gerados, conforme as informações fornecidas pelo Sistema.

4.26.8. Não explorar falhas ou vulnerabilidades porventura existentes nos Sistemas.

4.26.9. Manter suas senhas de acesso secretas e não compartilhar com terceiros as suas credenciais de segurança.

4.26.10. Não permitir ou colaborar com o acesso de pessoas não autorizadas à Sala de Videomonitoramento (SV) e

aos Sistemas de Monitoramento, sob pena de serem responsabilizados pelos eventuais problemas que esses acessos vierem a causar.

4.26.11. Respeitar os limites de sua autorização de acesso ou conta.

4.26.12. Não interferir ou interromper a operação normal do Sistema ou rede.

4.26.13. Não burlar a operação normal dos mecanismos de proteção do computador, terminal, rack, dos ativos de rede e etc.

4.26.14. Não conectar fisicamente ou remotamente nenhum componente externo, como modem, pendrive, HD externo e computadores, sem uma autorização formal específica.

4.26.15. Respeitar os direitos de propriedade intelectual e imagem, de acordo com a regulamentação pertinente, em particular a lei de direitos autorais.

4.26.16. Utilizar apenas produtos de software com as licenças de uso válidas.

4.26.17. Não manusear líquidos ou alimentos ao utilizar os equipamentos de monitoramento.

4.26.18. Não utilizar ferramentas ou explorar funcionalidades dos Sistemas para fins de obtenção de dados de autenticação de usuários.

4.26.19. Cumprir as condições de acesso ao Sistema de Segurança Eletrônica expressas no Termo de sigilo e confidencialidade do monitor do Sistema de Segurança (ANEXO I) cuja assinatura será exigida pelo HU-UFPI/HU BRASIL.

4.26.20. A Contratada deverá assegurar a guarda, integridade e rastreabilidade das imagens, garantindo acesso e fornecimento à Contratante, mediante solicitação formal e conforme perfis/autorização, observadas as normas aplicáveis e diretrizes de confidencialidade.

4.26.21. Executar o controle, visualização, identificação e extração das imagens do sistema de monitoramento por câmeras do HU-UFPI/HU BRASIL.

4.27. **Qualificação dos vigilantes**

4.27.1. Lei nº 14.967/2024 - Art. 27. O documento de identificação de gestor de segurança, vigilante supervisor e vigilante, de padrão único, será de uso obrigatório quando em serviço.

4.27.2. Qualificação para o exercício da atividade de vigilante, exigidas pelo Art. 28. da Lei nº 14.967/2024:

I - ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

IV - ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

V - não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

VI - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

§ 1º São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante:

I - ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e

II - estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

§ 3º São requisitos específicos para exercício das atividades de supervisor de monitoramento, de técnico externo e de operador de sistema eletrônico de segurança, além do disposto nos incisos IV e V do caput:

I - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II - ter sido considerado apto em exame de saúde mental e psicológica;

III - ter concluído todas as etapas do ensino médio; e

IV - estar contratado por prestador de serviço de segurança privada ou serviço orgânico de segurança privada.

§ 5º O curso de formação habilita o vigilante para a prestação do serviço de vigilância.

§ 6º Os cursos de aperfeiçoamento habilitam o vigilante para a execução dos demais serviços e funções,

conforme definido em regulamento.

§ 7º Não será exigida a conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio prevista no inciso I do § 1º e no inciso I do § 2º deste artigo em relação aos profissionais que já tiverem concluído, com aproveitamento, o respectivo curso de formação ou de aperfeiçoamento, por ocasião da entrada em vigor desta Lei.

4.28. Qualidade e Condições dos Serviços Prestados

4.28.1. A solução deverá garantir retenção mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos das imagens gravadas, considerando o parque base de câmeras, mantendo os parâmetros mínimos de operação, desempenho e disponibilidade definidos neste Termo de Referência.

4.28.2. A Contratada deverá assegurar a integridade, rastreabilidade e disponibilidade das gravações durante o período de retenção, permitindo pesquisa, reprodução e exportação de evidências pela Contratante, mediante perfis de acesso e registros de auditoria, quando aplicável.”

4.28.3. A Contratada deverá assegurar a continuidade e o desempenho da solução, observando os níveis mínimos de serviço a seguir:

4.28.3.1. Disponibilidade do VMS e serviços associados: mínima de 99,5% ao mês, em operação 24x7, admitindo-se manutenção programada previamente comunicada e autorizada pela Contratante.

4.28.3.2. A solução deverá permanecer dimensionada para suportar a ampliação prevista (Quantitativo sob demanda – expansão operacional), mantendo a retenção mínima exigida quando implantada a expansão

4.28.3.3. Atendimento de chamados: a Contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados, com registro e protocolo, observando os seguintes prazos máximos:

4.28.3.3.1. Crítico: falha do VMS/storage/servidor, falha generalizada de gravação ou indisponibilidade relevante do controle de acesso.

4.28.3.3.1.1Resposta: até 30 minutos. Restabelecimento: até 8 horas (solução definitiva ou contingência funcional).

4.28.3.3.2. Não crítico: falha pontual de câmera/dispositivo sem impacto generalizado.

4.28.3.3.2.1Resposta: até 8 horas úteis. Solução: até 5 dias úteis.

4.28.3.4. Substituição de equipamento em locação: equipamento com defeito confirmado deverá ser substituído por outro equivalente ou superior em até:

4.28.3.4.1. 24 horas (casos críticos);

4.28.3.4.2. 5 dias úteis (casos não críticos).

4.28.3.5. Relatório mensal: a Contratada deverá apresentar relatório mensal contendo, no mínimo: disponibilidade apurada, chamados abertos/fechados e prazos de atendimento, e substituições efetuadas.

4.28.4. Para o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, a CONTRATANTE deve:

4.28.4.1. Realizar visita aos postos de trabalho;

4.28.4.2. Adotar mensalmente o instrumento "Avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços" que contempla o desempenho profissional, o desempenho das atividades e o gerenciamento da prestação de serviço;

4.28.4.3. Realizar reunião com preposto mensalmente;

4.28.4.4. Aplicar o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, mensalmente (ANEXO II).

4.28.5. Para o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, a CONTRATADA deve:

4.28.5.1. Preposto realizar diariamente, vistoria presencial nos postos de trabalho, de forma a permitir a fiscalização de todos os postos. Gerar relatório e encaminhar à equipe de fiscalização semanalmente;

4.28.5.2. Apresentar Relatório de marcações por ponto de ronda mensalmente;

4.28.5.3. Comparecer à Reunião mensal com a contratante;

4.28.5.4. Encaminhar ao HU-UFPI/HU BRASIL com antecedência de 30 (trinta) dias, Relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, bem como daqueles que irão substituí-los.

4.29. Uniformes

4.29.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de dois conjuntos de uniformes completos aos seus empregados no início da prestação dos serviços.

4.29.2. A substituição dos uniformes ocorrerá a cada seis meses ou sempre que necessário, dependendo do

desgaste prematuro, claramente evidenciado.

4.29.3. Os uniformes deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (Relação nominal, impreterivelmente assinada e datada por profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização.

4.29.4. Caso seja necessário efetuar ajustes e consertos dos uniformes no ato da entrega aos colaboradores, eventuais despesas deverão ser arcadas pela Contratada, sendo vedado o repasse dos custos aos profissionais.

4.29.5. Descrição dos uniformes:

UNIFORME		
Peça	Quantidade	Descrição
Calça	02	Modelo Vigilante, Braguilha forrada, Cós entretelado, forrado, com passadores no mesmo tecido da calça, 02 (dois) bolsos laterais, embutidos; 02 (dois) bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão.
Camisa	03	Modelo Vigilante, Mangas Curtas, Bolso na parte superior do lado esquerdo, sobreposto;
Cinto	01	Masculino em couro constituído de 1 (uma) face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável.
Coturno	01	Tipo vigilante de cor preta
Meias	02	Tipo social de cor preta
Crachá	01	-
Capa de colete balístico	01	-
Coldre para arma não letal	01	-
Porta cartucho para arma não letal	01	
Cinto tático	01	Tipo tático de nylon com velcro para a fixação de coldre, largura 5,5cm, fivela nylon c/ regulagem interna c/ velcro, tamanho padrão 120cm, cor: Preta.
Apito	01	Metálico, tipo policial.
Boina	01	Material Feltro 100% Lã. Debrum em couro. Possui botão de pressão, para melhor ajuste. Possui 2 ilhoses para ventilação da boina. Possui cordão para pequena regulagem. Cor preta.

4.29.5.1. Os uniformes cujos tecidos eventualmente não existam na cor exata solicitada, deverão ser confeccionados em tom mais próximo possível, obedecendo à conversão por aproximação.

4.29.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar amostras dos uniformes na ocasião da celebração do contrato, que deverão ser aprovados pela CONTRATANTE. Caso sejam motivadamente recusados, a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para proceder à devida adequação e nova apresentação de amostras.

4.29.5.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.29.5.4. Os uniformes deverão ser entregues, em sua totalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início do contrato, mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.30. Equipamentos da Segurança Patrimonial

4.30.1. EQUIPAMENTOS PARA CADA POSTO ARMADO (ARMA NÃO LETAL):

Descrição	Quantidade necessária por posto
-----------	---------------------------------

Arma não letal, modelo taser X-2 ou similar	01
Bateria	01
Baterias extra	02
Porta cartucho	05
Livro de ocorrências	01
Lanterna recarregável de longo alcance (para postos noturnos)	01
Colete à prova de balas	01
Bastão eletrônico para controle de ronda (para postos de ronda a pé) para acompanhamento eletrônico e monitoramento das atividades de vigilância, composto por bastão (Leitor), button (ponto de ronda) e software, com certificação da vistoria no horário e na frequência desejada.	01
Capa de chuva, plástica de cor preta com faixas fluorescentes	01
Aparelho rádio comunicador tipo UHT / UHF, com capacidade de cobertura e frequência em todas as áreas do HU-UFPI/HU BRASIL, acompanhado de clip para cinto, antena heliflex, fone de ouvido com microfone e PTT, bateria recarregável, base e carregador de bateria.	01

4.30.2. EQUIPAMENTOS PARA CADA POSTO DESARMADO:

Descrição	Quantidade necessária por posto
Livro de ocorrências	01
Lanterna recarregável de longo alcance	01
Colete à prova de balas	01
Aparelho rádio comunicador tipo UHT / UHF, com capacidade de cobertura e frequência em todas as áreas do HU-UFPI/HU BRASIL, acompanhado de clip para cinto, antena heliflex, fone de ouvido com microfone e PTT, bateria recarregável, base e carregador de bateria.	01

4.31. Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e paramentação obrigatória

4.31.1. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários do serviço de segurança patrimonial, gratuitamente, os EPIs com Certificado de Aprovação - CA vigente, quando for o caso.

4.31.2. Os EPIs têm por finalidade a proteção do indivíduo durante a realização de suas tarefas. Sua composição deve estar de acordo com a tarefa realizada.

4.31.3. Os EPIs deverão ser entregues para todos os profissionais mediante recibo (relação nominal, assinada e datada pelo profissional). A CONTRATADA deverá encaminhar cópia dos recibos assinados em meio magnético à contratante. A fiscalização do CONTRATANTE poderá solicitar os recibos originais para conferência.

4.31.4. A CONTRATADA deverá promover o fornecimento de novos EPIs ao funcionário sempre que verificado desgaste que a torne inutilizável ou inadequado. Caso o CONTRATANTE verifique desgaste que torne inutilizável ou inadequado, realizará comunicação escrita que deverá ser atendida no prazo máximo é de 48 (quarenta e oito) horas.

4.31.5. Deve ser fornecida pela CONTRATADA, sem ônus ao funcionário e ao CONTRATANTE, a paramentação adequada ao exercício de cada atividade pelo funcionário.

4.32. Locação

4.32.1. Para o Item 7 - Locação de Solução Integrada de Segurança Eletrônica (CFTV e Controle de Acesso) - Central In Loco, os subitens detalhados no tópico 4.8.18.8., a empresa vencedora deverá fornecer, em regime de locação, os equipamentos, conforme especificações técnicas mínimas obrigatórias destes, quantitativo e requisitos apresentados nesse Termo de referência.

4.32.2. A contratada deverá entregar os equipamentos do locação juntamente com o objeto contratado, sendo vedada a disponibilização do objeto sem o(s) devido(s) equipamentos.

4.32.3. A execução do serviço, bem como a entrega dos equipamentos, deverá ser efetuada no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí, por meio da Unidade de Suporte Operacional, no horário das 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência.

4.32.4. A contratada deverá disponibilizar Nota Fiscal de Remessa em Locação, contendo o quantitativo, descritivo dos bens locados, número de série e demais informações que facilitem o controle.

4.32.5. Constará no contrato o valor do bem locado, que será registrado conforme previsão da nota fiscal de compra do equipamento, não sendo válido, para tal finalidade, a inclusão do valor presente de Nota Fiscal de Remessa do bem locado.

4.32.6. A contratada deverá garantir que os equipamentos atendam às normas técnicas aplicáveis, especificações contratuais e regulamentações pertinentes.

4.32.7. No caso dos equipamentos enviados não observarem as especificações indicadas, a contratada terá o prazo de 15 dias corridos para a substituição, sob pena de aplicação das sanções descritas no Contrato.

4.32.8. Os equipamentos deverão ser entregues com a identificação do nome e número de patrimônio registrado no âmbito da contratada, se existente.

4.32.9. Os equipamentos deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisados, calibrados e com certificações técnicas vigentes.

4.32.10. A contratada deverá fornecer todos os manuais técnicos, instruções de operação, especificações técnicas e documentação necessária ao uso adequado dos equipamentos em língua portuguesa.

4.32.11. Fica a cargo da contratada prestar assistência técnica especializada durante todo o período do locação, incluindo treinamento inicial dos servidores que operarão os equipamentos.

4.32.12. Os treinamentos deverão ser realizados em quantidade e frequência suficientes, de modo a capacitar todos os profissionais envolvidos na utilização dos equipamentos, cobrindo todos os turnos de trabalho.

4.32.13. O treinamento técnico consistirá de uma parte teórica, com detalhamento técnico dos equipamentos, e uma parte prática, a ser efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos adquiridos, bem como identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções.

4.32.14. Anualmente, caso demandado pela Ebserh/HU Brasil, deverá ser realizado treinamento de reciclagem na operação dos equipamentos nos três turnos de trabalho, caso necessário.

4.32.15. A contratada deverá ser responsável por toda a manutenção preventiva e corretiva, além de eventuais intervenções recomendadas pelo fabricante e substituição de peças nos equipamentos e/ou instrumentais fornecidos em locação, de forma a conservá-los em perfeito estado de funcionamento, sem ônus para a Ebserh/HU Brasil.

4.32.16. As manutenções preventivas serão realizadas conforme Cronograma técnico estabelecido/orientações do fabricante.

4.32.17. As manutenções corretivas serão solicitadas mediante a abertura de chamados por correio eletrônico e/ou telefone.

4.32.18. Em caso de falha de funcionamento dos equipamentos, para a realização de manutenção corretiva, a contratada deverá no prazo de 1 hora após a comunicação formal da falha, comparecer ao HU-UFPI/HU BRASIL para avaliação do problema e apresentar à contratante o Cronograma de Serviços, enfatizando o tempo de resolução.

4.32.18.1. Caso o prazo descrito no subitem anterior seja ultrapassado, a contratada se compromete a fornecer outros equipamentos de mesma qualidade e especificações técnicas, em substituição aos equipamentos e/ou instrumentais originalmente entregues, até que o reparo seja concluído, assegurando a continuidade do uso pela Ebserh/HU Brasil, sem qualquer custo adicional.

4.32.19. A contratada responderá por todos os custos relacionados à troca de peças nos equipamentos, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possíveis variações na rede elétrica.

4.32.20. A contratada realizará a retirada dos equipamentos disponibilizados em locação no prazo de 15 dias após ser notificada pela Ebserh/HU Brasil.

4.32.21. A contratada vai se responsabilizar por todas as despesas referentes a impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, inclusive o custo comercial, inerentes ao objeto do locação.

4.32.22. A contratada deverá ainda:

I - manter estoque mínimo de peças de reposição e insumos para atendimento emergencial em até 24 (vinte e quatro) horas;

II - disponibilizar canal de atendimento técnico 24 (vinte e quatro) horas para suporte e emergências.

4.32.23. Quando for solicitado algum tipo de serviço, os técnicos disponibilizados pela contratada deverão se apresentar obrigatoriamente identificados com crachá, uniforme da empresa e com todas as ferramentas necessárias à execução dos serviços. Em seguida, os mesmos serão conduzidos até o local onde se encontram os equipamentos.

4.32.24. Os serviços de manutenção deverão ser realizados nas dependências do hospital, de preferência e caso seja possível, no local onde os mesmos se encontram em funcionamento de 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. Atendimentos fora destes dias e horários poderão ocorrer de comum acordo entre Ebserh/HU Brasil e contratada.

4.32.25. Após a realização de cada manutenção preventiva, a contratada deverá fornecer e afixar uma etiqueta

adesiva na qual deverá constar as datas da última e da próxima manutenção preventiva, além da identificação do técnico responsável pelo serviço e preencher o prontuário do equipamento, com todas as informações referentes a esta manutenção.

4.32.26. Após cada manutenção, deverá ser emitido e entregue à locatária cópia do relatório individual assinado com identificação de seu emissor, onde constem as condições de operação e funcionamento dos equipamentos e seus componentes.

4.32.27. A Ebserh/HU Brasil não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.32.28. A Ebserh/HU Brasil irá designar um empregado público, servidor efetivo cedido ou em exercício na Ebserh/HU Brasil para tratar de todos os assuntos relacionados ao locação junto à contratada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Diretrizes Gerais e Critérios de Habilitação

5.1.1. **Critérios de Escolha:** A licitação ocorrerá na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, baseada no art. 6º, IV, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0), visando selecionar a proposta mais vantajosa sem restrições indevidas à competitividade.

5.1.2. **Habilitação Ordinária:** A empresa a ser contratada deverá comprovar, nos moldes do art. 65 do RCC 3.0, a regularidade em quatro frentes:

5.1.2.1. Habilitação jurídica.

5.1.2.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista.

5.1.2.3. Qualificação econômico-financeira.

5.1.3. **Regularidade em Cadastros:** A Administração consultará obrigatoriamente a regularidade da licitante e de seu sócio majoritário (art. 12 da Lei nº 8.429/1992) nos seguintes bancos de dados:

5.1.3.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

5.1.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU).

5.1.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNJ).

5.1.3.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

5.1.4. Qualificação Técnico-Operacional

5.1.4.1. Atestados de Capacidade: Comprovação de aptidão por atestados em nome da licitante emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com firma reconhecida, demonstrando atividades compatíveis com o objeto.

5.1.4.2. Vínculo com a Atividade: Os serviços descritos nos atestados devem corresponder à atividade econômica principal ou secundária registrada no contrato social vigente da licitante.

5.1.4.3. Temporalidade dos Vínculos: Aceitação condicionada a contratos concluídos ou em execução há pelo menos 1 (um) ano, salvo se o prazo original do contrato for comprovadamente inferior (conforme parâmetros de Governança e Contratações Públicas).

5.1.4.4. Diligências de Legitimidade: O licitante deverá disponibilizar cópia do contrato de suporte, endereço atual da contratante e local da prestação para eventual validação da Administração.

5.2. As obrigações da contratada e contratante

5.2.1. As obrigações da contratada e da contratante estarão na minuta-padrão de contrato disponível como Tipo de Documento no SEI: CONJUR – Contrato Serviços (cont c/DEMO) – RCC 3.0.

5.3. Declaração de Pleno Conhecimento

5.3.1. **Ciência das Condições:** A licitante deverá apresentar declaração formal asseverando que tomou pleno conhecimento das condições locais, operacionais e das exigências necessárias para a perfeita prestação dos serviços e fornecimento dos materiais, não podendo alegar desconhecimento posterior para pleitear reequilíbrio ou isenção de penalidades.

5.4. Critérios de Sustentabilidade

5.4.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, bem com a RCC 3.0.

5.5. Propostas de preços

5.5.1. Durante o pregão eletrônico, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme Modelo de

Proposta de Preços (ANEXO IV) com todas as informações devidamente preenchidas.

5.5.2. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas.

5.5.3. Fica facultada à Ebserh/HU Brasil solicitar por diligências, informações adicionais para complemento da proposta, inclusive informações técnicas, como laudos técnicos, normas técnicas, certificados de boas práticas, informações sobre o emprego correto e seguro do equipamento, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente à exposição accidental, dentre outros, quando aplicáveis.

5.5.4. Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de equipamentos com especificações diversas da originalmente solicitadas no Edital.

5.6. Critérios de aceitabilidade de preços dos custos estimados

5.6.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços, constante no ANEXO V do presente Termo de Referência, devidamente preenchida e adequada com o valor final ofertado, será solicitada pelo Agente de Contratação, para avaliação da exequibilidade da proposta.

5.6.2. Para subsidiar a avaliação de exequibilidade o HU-UFPI/HU BRASIL poderá realizar consultas às contratantes atuais do Licitante.

5.6.3. Para composição da proposta deverão ser observados, no que couber, entre outros aspectos, todos os custos pertinentes à execução dos serviços, inclusive custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão de obra utilizada, tais como: vale-transporte, vale alimentação se houver, ou outros benefícios legais concedidos; outros custos decorrentes de desempenho técnico, comercial, operacional; materiais e utensílios; lucro praticado pela LICITANTE; tributos e contribuições incidentes; despesas administrativas e operacionais.

5.6.4. A proposta apresentada deverá considerar todos os custos envolvidos no fornecimento do objeto, inclusive os com mão de obra, observando a convenção ou dissídio coletivo de trabalho homologado, de responsabilidade de indicação por parte da vencedora a qual se encontra vinculada em função de sua atividade econômica preponderante.

5.6.5. Não serão incluídas na planilha de custos e formação de preço as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos funcionários nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários.

5.6.6. Não deverão ser considerados valores de horas extras para intervalo intrajornada na formulação das planilhas de custos.

5.6.7. O CONTRATANTE não repassará à empresa tomadora dos serviços quaisquer custos com plano de saúde, diante de ausência de estudos técnicos comprobatórios da vantajosidade dessa elevação dos custos da contratação, a exceção de casos em que seja previsto o pagamento do custo por força de instrumento normativo vigente.

5.6.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha de Custos e Formação de Preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA alterar a composição de seus preços unitários.

5.6.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da LICITANTE, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6.10. Os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, devem prever na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições, a fim de possibilitar diligência por parte do CONTRATANTE, quanto ao eventual abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos.

5.6.11. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser apresentados os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD- Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

5.6.12. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

5.6.13. A apresentação de declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará a LICITANTE às sanções previstas no RCC 3.0 e na Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH/HU Brasil.

5.7. Critérios de Avaliação Técnica

5.7.1. Observando o Art. 122 do RCC 3.0, o Parecer Técnico será realizado por empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício na Ebserh/HU Brasil, e as propostas serão aprovadas ou reprovadas tecnicamente, durante a etapa de julgamento, minimamente de acordo com os seguintes parâmetros:

- I - Verificação se o objeto, especificações, apresentação, dentre outras informações técnicas do objeto ofertado atende ao item licitado;
- II - Análise Técnica de Declarações e Certificados de Dispensa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;
- III - Análise do Atestado de Capacidade Técnica;
- IV - Verificação de histórico de uso, por meio de execução de Atas de Registros de Preços - ARPs e/ou Contratos já executados na Rede Ebserh/HU Brasil;
- V - Verificação de existência de histórico de notificações internas na Rede Ebserh/HU Brasil por desvios de qualidade e/ou demais intercorrências.

6. ADMINISTRAÇÃO, MONITORAMENTO E SUSTENTAÇÃO DO AMBIENTE

6.1. Responsabilidade

6.1.1. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por toda a administração, operação, sustentação e manutenção do ambiente implementado (abrangendo o VMS , Servidores, Estações, Storage , Switches , Câmeras IP, controladoras de acesso, nobreaks, catracas etc), garantindo seu perfeito funcionamento, estabilidade e segurança durante toda a vigência do contrato.

6.2. Monitoramento Proativo e Desempenho

6.2.1. O gerenciamento de todo o parque, bem como o diagnóstico de falhas, atualização de firmware e monitoramento de saúde do disco (S.M.A.R.T.) do Storage, deverá ser feito de forma centralizada a partir da interface nativa do VMS fornecido, exigindo compatibilidade proprietária entre as pontas.

6.2.2. Ficará a cargo da CONTRATADA a implementação de rotinas de monitoramento contínuo (24/7) da infraestrutura, devendo atuar de forma proativa para evitar paradas. O escopo de monitoramento inclui, mas não se limita a:

- I - Monitoramento de *throughput* de rede, gargalos de banda e estabilidade.
- II - Monitoramento do consumo de CPU e Memória RAM dos Servidores VMS e Estações de Operação.
- III - Monitoramento contínuo da saúde dos discos rígidos do Storage SAN (status S.M.A.R.T.), alertando e substituindo discos em estado de pré-falha antes da degradação do arranjo RAID 6.
- IV - Monitoramento do status online/offline das câmeras e falhas de gravação (*video loss*).

6.3. Disponibilidade e Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

6.3.1. A CONTRATADA deverá garantir a alta disponibilidade do ambiente implementado, assegurando que os serviços estejam operacionais de forma ininterrupta, cumprindo os tempos de resposta e solução estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deste Termo de Referência.

6.4. Política de Backup e Restore (Sistema e Banco de Dados)

6.4.1. A CONTRATADA será responsável por gerenciar rotinas automatizadas de backup e garantir a capacidade de restauração (Restore) do núcleo lógico do sistema.

- I - O escopo de backup abrangerá: O banco de dados relacional do VMS (contendo indexação de metadados de IA, logs de auditoria e cadastros de usuários), configurações dos switches (VLANs, QoS) e configurações de rede do Storage.
- II - *Nota:* A integridade das imagens de vídeo gravadas será garantida pela arquitetura de alta disponibilidade e tolerância a falhas do próprio Storage (RAID 6 e fontes redundantes), não sendo exigido backup externo da volumetria massiva de vídeo (Terabytes), salvo extração pontual de imagens para fins de inquérito ou auditoria.

6.5. Exigência de Entrega de Planos e Documentações Técnicas

6.5.1. Para comprovar a capacidade de gestão e resiliência do ambiente, a CONTRATADA deverá elaborar, formalizar e entregar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato (ou na fase de entrega técnica da solução), os seguintes documentos:

- I - **Plano de Monitoramento e Manutenção Preventiva:** Documento detalhando as ferramentas de monitoramento utilizadas, a periodicidade das checagens de saúde do Storage e do banco de dados, e o fluxo de acionamento em caso de falhas.
- II - **Plano de Backup e Restauração:** Documento contendo a política de retenção dos backups de configuração (diário, semanal), local de armazenamento (físico ou em nuvem) e o RTO (*Recovery Time Objective* - tempo máximo para restaurar o VMS em caso de corrupção Sistema Operacional ou Softwares utilizados).

III - **Plano de Contingência e Recuperação de Desastres (Disaster Recovery):** Documento detalhando os procedimentos técnicos e o plano de ação passo a passo a ser executado pela CONTRATADA em cenários de incidentes críticos, tais como: queima de switch, falha catastrófica do servidor principal, falha dupla de discos no Storage SAN ou perda de conectividade.

7. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS

7.1. A solução (VMS e banco de dados) deve possuir criptografia de dados em repouso e em trânsito, além de logs de auditoria inalteráveis que registrem acessos, downloads e exportações.

7.2. O sistema deve realizar a eliminação automatizada e irreversível (sobrescrita) das imagens após 45 (quarenta e cinco) dias, salvo por determinação judicial ou administrativa do HU-UFPI/HU BRASIL.

7.3. Ao fim do contrato, a Contratada entregará laudo técnico comprovando a destruição definitiva de todas as imagens, cadastros e dados biométricos em sua posse.

7.4. A Contratada fornecerá o suporte necessário para a instalação de sinalização (placas de aviso) informando sobre a captação de imagens e coleta biométrica nas dependências monitoradas.

7.5. A Contratada responderá nas esferas civil, administrativa e penal por eventuais incidentes de segurança ou vazamento de dados.

8. LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E MÓDULOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

8.1. Escopo Integral de Licenciamento

8.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer o sistema de videomonitoramento (VMS) em regime de solução completa. É de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o dimensionamento, cotação e fornecimento de todas as licenças de software, chaves de ativação e pacotes de expansão necessários para garantir o pleno funcionamento de 100% dos recursos exigidos neste Termo de Referência, sem nenhum custo adicional ou oculto para a CONTRATANTE.

8.2. Composição Mínima das Licenças Exigidas

8.2.1. A proposta técnica e comercial da licitante deverá contemplar, obrigatoriamente, o licenciamento válido por toda a vigência do contrato para a versão mais recente do VMS, englobando:

I - **Licença Base do Sistema** : licença de software base para instalação no Servidor de Gerenciamento, habilitando a arquitetura cliente-servidor, a gestão do Storage SAN e a integração de banco de dados.

II - **Licenças de Conexão de Vídeo** : Quantitativo exato de licenças de expansão de canais de vídeo necessário para conectar, gravar e gerenciar simultaneamente o total de equipamentos especificadas no projeto e expansões previstas.

III - **Licenças de Busca Forense e Metadados**: A CONTRATADA deverá fornecer todas as licenças de módulos analíticos necessárias para habilitar, desbloquear e manter plenamente operacional a ferramenta de Busca Forense Avançada no VMS. Isso inclui qualquer licenciamento exigido pelo fabricante para que o servidor possa receber, indexar no banco de dados e pesquisar os metadados de pessoas e veículos gerados pelas câmeras com Inteligência Artificial embarcada.

8.2.2. Atualizações e Suporte do Fabricante: Durante o período de garantia e vigência contratual do serviço de sustentação, a CONTRATADA deverá garantir que o sistema possua o plano de manutenção de software ativo junto ao fabricante, garantindo à CONTRATANTE o direito de receber todas as atualizações de segurança, correções de *bugs* e *upgrades* de versão (minor e major releases) do VMS sem custos adicionais.

8.2.3. Omissão de Licenças na Proposta: Caso, durante a implantação ou operação do sistema, constate-se a necessidade de aquisição de licenças adicionais de conexão, gravação, processamento de IA ou integração para atingir os requisitos deste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecê-las às suas próprias expensas, não cabendo qualquer pleito de reequilíbrio econômico-financeiro ou aditivo contratual.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O modelo de gestão, descrevendo como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Ebserh/HU Brasil, constará no Contrato.

9.2. Após a assinatura do Contrato, será nomeada a Equipe de Fiscalização do Contrato vigente para o HU-UFPI/HU BRASIL.

9.3. Notas de Empenho

9.3.1. A Unidade de Suporte Operacional do HU-UFPI/HU Brasil, solicitará Nota de Empenho em favor do fornecedor contratado, à área técnica responsável do HU-UFPI/HU Brasil, para formalização da despesa decorrente desse processo, observado o edital, sendo encaminhada cópia para o fornecedor, junto à Ordem de Serviço.

9.3.1.1. Registra-se que o procedimento padrão da Ebserh/HU Brasil é a emissão de uma Nota de Empenho mensal, por natureza de despesa, para cada fornecedor.

9.3.1.2. As unidades contratantes poderão emitir dois tipos de Notas de Empenho para execução das despesas:

9.3.1.2.1. Empenho Ordinário - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração e será pago em uma única vez.

9.3.1.2.2. Empenho Global - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração, mas será pago de forma parcelada.

9.3.1.3. As Notas de Empenho emitidas pelo valor mínimo descrito neste tópico serão do tipo ordinário. As demais Notas de Empenho serão do tipo global.

9.3.1.4. As Notas de Empenho emitidas continuarão válidas mesmo após o término da vigência do Contrato, bem como quando inscritas em restos à pagar, quando alterado o exercício financeiro.

9.4. **Ordem de Serviço**

9.4.1. A unidade demandante, por meio da Equipe de Fiscalização do Contrato, enviará ao fornecedor Ordem de Serviço, em que constarão no mínimo as seguintes informações:

- I - UASG do Órgão Gerenciador e solicitante da Compra;
- II - Unidade demandante;
- III - Nome da contratada;
- IV - Número do Pregão;
- V - Contrato;
- VI - Dados da Nota de Empenho;
- VII - Número do Item do Pregão;
- VIII - Código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catser;
- IX - Descrição do Produto ou Serviço;
- X - Valor Unitário do Item;
- XI - Quantidade a ser empenhada do item;
- XII - Valor total;
- XIII - Prazo para Entrega, conforme edital;
- XIV - XVI - Data Prevista para Entrega;
- XV - Local de entrega do produto/serviço e contatos para entrega;

9.4.2. Após o recebimento da Ordem de Serviço, o fornecedor deverá enviar a previsão de entrega em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico usop.hu-ufpi@ebserh.gov.br, contendo:

- I - Número do Documento Fiscal;
- II - Data de emissão do Documento Fiscal;
- III - Data prevista para entrega.

9.5. **Modelo de Gestão do Contrato**

9.5.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

9.6. **Gestão e fiscalização da execução do contrato**

9.6.1. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as comprovações definidas nos itens a seguir, no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

9.6.2. Até 30 dias após o início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, sem prejuízo das disposições contidas no subitem 4.19 deste Termo de Referência, denominado Início da Execução dos Serviços.

a) Indicação do preposto contendo nome completo, posto ou função desempenhada junto a CONTRATADA, horário de expediente no posto de trabalho, RG, CPF, comprovante de endereço, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), currículo contendo descrição de experiência pregressa, comprovantes de instrução, graduação e formação, certificados de cursos realizados e, quando for o caso, comprovante de seguro contra riscos de acidentes de trabalho;

b) Relação dos funcionários que serão alocados para o início da prestação de serviços, contendo nome completo, cargo ou função desempenhada junto a CONTRATADA, horário de expediente no posto de trabalho, RG, CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), comprovante de endereço, currículo, comprovantes de instrução, graduação e formação, certificados de cursos realizados e,

quando for o caso, comprovante de seguro contra riscos de acidentes de trabalho;

c) Exames médicos admissionais dos funcionários que serão alocados para o início da prestação de serviços, inclusive do preposto e fiscal.

d) Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes do contrato.

9.6.3. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá protocolar, a ser encaminhado ao setor responsável pela fiscalização contratual, os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.6.4. Entrega, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer funcionário, a critério do CONTRATANTE;

b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o CONTRATANTE;

c) Cópia dos contracheques dos funcionários relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer funcionário; e

e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

9.6.5. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos funcionários prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada funcionário dispensado;

d) Exames médicos demissionais dos funcionários dispensados.

9.6.6. Quando da extinção ou rescisão do contrato, o CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no item acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

9.6.7. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, a equipe de gestão e fiscalização contratual deverá oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

9.6.8. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, a equipe de gestão e fiscalização contratual oficiará o Ministério do Trabalho e Emprego.

9.6.9. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

9.6.10. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

9.6.11. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

9.6.11.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os funcionários terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças,

faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas:

- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos funcionários serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo funcionário;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, a disponibilidade e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

9.6.11.2. Fiscalização mensal, a ser feita antes do pagamento da nota fiscal/fatura, deverá observar:

- a) A comprovação de retenção da contribuição previdenciária, nos termos da legislação aplicável, e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) A situação de regularidade da empresa CONTRATADA em consulta junto ao SICAF;
- c) A situação de regularidade da empresa CONTRATADA em consulta a Certidão Negativa de Débito - CND relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.6.11.3. Fiscalização diária deverá:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço deve ser evitada, excetuada a gestão e acompanhamento das garantias trabalhistas objeto do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024;
- c) Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

9.6.12. Cabe, ainda, à fiscalização, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos funcionários, respeita a estabilidade provisória de seus funcionários e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos funcionários no dia e percentual previstos.

9.6.13. O gestor da contratação deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato junto à Unidade de Fiscalização de Contrato.

9.6.14. O CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos funcionários, seus extratos da conta do FGTS e verificar se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

9.6.15. Ao final de um ano, todos os funcionários devem ter seus extratos avaliados.

9.6.16. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pelo CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

9.6.16.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer funcionário, a critério do CONTRATANTE;

9.6.16.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o CONTRATANTE;

9.6.16.3. Cópia dos contracheques assinados dos funcionários relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

9.6.16.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer funcionário.

9.6.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE notificará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

9.6.18. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos funcionários da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

9.6.19. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

9.6.20. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os funcionários da CONTRATADA.

9.6.21. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

9.6.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vícios redibitórios, ou outros e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

9.6.23. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação, bem como não excluem demais disposições do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh/HU Brasil e das legislações vigentes que forem aplicáveis ao caso.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Critérios de recebimento e aceitação do objeto

10.1.1. A apuração, medição, avaliação e condução dos trâmites de pagamento dos serviços executados para o cumprimento do objeto proposto neste Termo de Referência e seus Anexos serão realizadas mensalmente.

10.1.2. O recebimento dos serviços será realizado em 02 (duas) etapas, denominadas Recebimento provisório (Anexo VI) e Recebimento definitivo (Anexo VII) das execuções.

10.1.3. O recebimento provisório dos serviços executados será realizado pelo(s) fiscal(is) técnico(s) da contratação, bem como pelo(s) fiscal(is) administrativo(s) da equipe de fiscalização.

10.1.4. Para o recebimento provisório dos serviços executados, a CONTRATADA deverá submeter para avaliação dos fiscais técnico e administrativo da contratação, toda a documentação comprobatória dos serviços prestados, como o relatório semanal de atividades, Relação de funcionários de férias e seu substituto, Relatório de batidas e a lista de materiais fornecidos, a documentação de quitação das verbas trabalhista, previdenciárias e do FGTS dos funcionários alocados na execução contratual, dentre outras.

10.1.5. O(s) fiscal(is) técnico(s) da contratação realizará(ão) a avaliação e medição basilar, quantitativa, dos serviços executados, observando o cumprimento das especificações deste Termo de Referência; e o(s) fiscal(is) administrativo(s) realizará(ão) a avaliação da quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS dos funcionários alocados na execução contratual, além de outros documentos comprobatórios e informações constantes no Relatório de Mensal de Atividades.

10.1.6. Eventuais divergências entre as informações apresentadas pelo Preposto da CONTRATADA e o resultado das avaliações, apurações e medições realizadas pela fiscalização do CONTRATANTE, irão ensejar a aplicação das medidas previstas no Contrato (glosas e sanções, essas dispostas no Edital) para as diferenças a menor ou a indicação da necessidade de correção quando houver divergências a maior, ou itens não informados.

10.1.7. Eventuais falhas, faltas ou inconformidades documentais serão apontadas para correção.

10.1.8. O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

10.1.8.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.1.8.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.1.8.3. No prazo de até 05 (cinco) dias a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

10.1.8.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.1.8.4.1. Na hipótese da verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

10.2. No prazo de até 3 (três) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

10.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal e/ou gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.2.5. Além deste procedimento, o(s) fiscal(is) técnico(s) da contratação procederá com a avaliação qualitativa dos serviços prestados a cada período por meio da aplicação dos indicadores de Instrumento de Resultados - IMR.

10.2.6. A aplicação dos indicadores de Instrumento de Medição de Resultados - IMR resultará em descontos sobre os valores mensais de prestação de serviços inicialmente apurados nos procedimentos iniciais de avaliação, medição e apuração basilares, toda vez que não for atingido o nível estabelecido em cada indicador.

10.2.7. O valor de pagamento mensal a ser executado será apurado por meio da conjugação de ambas as avaliações, basilar, quantitativa, e qualitativa.

10.2.8. A CONTRATADA será notificada sobre eventuais problemas ou inconformidades verificadas, sejam quantitativas, documentais ou qualitativas.

10.2.9. A CONTRATADA poderá justificar os fatos incorridos, que serão analisados pela fiscalização técnica ou administrativa, podendo ter apoio do gestor da contratação, os quais decidirão pela aceitação ou não das justificativas, seguindo as condutas tratadas neste Termo de Referência.

10.2.10. Caso a CONTRATADA resolva por não interpor justificativas ou se estas não forem acatadas, deverá providenciar a pronta correção dos problemas e inconformidades incorridos, seja para subsidiar a condução dos demais procedimentos afetos ao pagamento ou para reorientar e corrigir condutas futuras para o atingimento dos objetivos, qualidade e desempenho esperados.

10.2.11. O procedimento será repetido quantas vezes forem necessárias e o(s) fiscal(is) técnico(s) ou administrativo(s) da contratação terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de protocolo da documentação, para proceder com as avaliações, apurações e medições quantitativas, basilares, e de desempenho, qualitativas, sendo reiniciado este prazo quando apresentadas novas informações pelo preposto da CONTRATADA.

10.2.12. Após concluídas estas avaliações e resolvidas as pendências, o(s) fiscal(is) técnico(s) ou administrativo(s) reportará(ão) os resultados para o gestor da contratação e, havendo concordância de ambos sobre os resultados avaliativos, notificará o preposto da CONTRATADA sobre a necessidade de emissão da nota fiscal/fatura do período.

10.2.13. Caso não haja concordância do gestor da contratação em relação aos resultados da avaliação da fiscalização do CONTRATANTE, este indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando formalmente à CONTRATADA as respectivas correções. Neste caso, serão adotados procedimentos correlatos àqueles acima relacionados para tratamento dos problemas e inconformidades ainda pendentes.

10.2.14. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida com base no valor final apurado pela fiscalização e acatado pelo gestor da contratação.

10.2.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor ou empregado público do Hospital, o relatório do fiscal técnico deverá conter registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.2.16. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor da contratação em termo circunstanciado de ateste, por meio de documento próprio ou junto aos relatórios da fiscalização.

10.2.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por imperfeições ou prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

10.3. **Pagamento**

10.3.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente em conformidade com os serviços efetivamente prestados, mediante medição quantitativa e avaliação qualitativa das execuções, com a apresentação de nota fiscal/fatura, que deverá conter os valores da parcela mensal apurados.

10.3.2. A remuneração dos serviços prestados a cada mês será realizada com base na conjugação da medição quantitativa da execução do objeto proposto e da avaliação qualitativa dos resultados destas execuções.

10.3.3. A avaliação qualitativa dos serviços prestados será realizada com a aplicação de Instrumento de Medição de Resultados - IMR, no qual serão adotados os parâmetros e critérios previstos neste.

10.3.4. Na aplicação dos indicadores do Instrumento de Medição de Resultados - IMR serão adotados os parâmetros

e critérios previstos no ANEXO II do Termo de Referência.

10.3.5. Os indicadores de composição do Instrumento de Medição de Resultado - IMR foram elaborados com base nas especificidades do objeto contratual e consideram a necessidade de garantir a qualidade e a efetividade dos serviços contratados.

10.3.6. A avaliação da CONTRATADA na prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial é realizada por meio de monitoramento e análise diária e mensal de indicadores que permitam medir o nível de desempenho, qualidade e satisfação do usuário.

10.3.7. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento);

b) não configure descaracterização do objeto contratado.

10.3.8. Quanto à medição quantitativa do serviço prestado:

I - Ao final de cada mês, o preposto da CONTRATADA deverá providenciar a elaboração e encaminhar para a fiscalização do CONTRATANTE, o relatório mensal, em PDF e arquivo de Excel, com informações quantitativas que demonstrem a composição de valor dos serviços prestados no mês encerrado.

II - O relatório mensal deverá ser encaminhado devidamente acompanhado de todos os documentos necessários para a comprovação das informações prestadas, como lista de materiais e insumos fornecidos, dos utensílios e equipamentos empregados, folhas de ponto, além das demais documentações comprobatórias, incluindo-se os comprovantes de pagamento de salário e benefícios relativos ao mês de referência das atividades.

III - A fiscalização do CONTRATANTE deverá analisar as informações quantitativas prestadas pelo preposto da CONTRATADA e retornar o resultado de sua avaliação em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento, observando-se:

IV - Se as planilhas, informações, relatório e comprovantes apresentados forem acatados e aprovados, a fiscalização do CONTRATANTE deverá apresentar a avaliação qualitativa por meio da aplicação dos Instrumentos de Medição de Resultados - IMR adotados e informar os resultados obtidos para o preposto da CONTRATADA;

V - Se as planilhas, informações, relatório e comprovantes apresentados forem julgados incorretos, a fiscalização do CONTRATANTE deverá notificar o preposto da CONTRATADA e solicitar a sua correção com a maior brevidade possível.

VI - O procedimento de que trata o item anterior será realizado quantas vezes forem necessárias até a entrega adequada de toda a documentação de suporte e comprovação exigida para pagamento dos serviços a cada mês.

10.3.9. Quanto à medição qualitativa dos serviços prestados:

I - O CONTRATANTE deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA um Relatório com os resultados do IMR em 2 (dois) dias úteis contados a partir do encerramento do período de avaliação.

II - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa, em até 2 (dois) dias úteis, para a prestação de serviços com nível de qualidade e desempenho abaixo do esperado, a qual estará sujeita a avaliação e julgo da fiscalização do CONTRATANTE, que poderá aceitá-la, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência.

III - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade e descumprimento dos níveis de qualidade e desempenho exigidos para a prestação dos serviços contratados, bem como quando forem ultrapassados os níveis mínimos previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, poderão ser aplicadas demais sanções previstas neste Termo de Referência.

10.4. Nota Fiscal

10.4.1. As notas fiscais/faturas deverão ser protocoladas junto ao CONTRATANTE, devidamente acompanhadas de Relatório Mensal, folhas de ponto e comprovantes da situação trabalhista e contratual da equipe envolvida na execução da contratação, bem como outros documentos julgados necessários pela equipe de fiscalização contratual para a melhor comprovação do cumprimento das obrigações assumidas.

10.4.2. O pagamento somente será efetuado após o ateste definitivo, pela fiscalização e gestão do CONTRATANTE, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo preposto da CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços cobrados e será acompanhada dos demais documentos comprobatórios, relatórios e outros exigidos neste Termo de Referência.

10.4.3. O pagamento ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, conforme previsto no item 4, alínea "b", do Anexo XI da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

10.4.4. O ateste fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados e níveis de qualidade de execução apurados.

10.4.5. Fica o CONTRATANTE autorizado a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos pela CONTRATADA.

10.4.6. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item acima pelo próprio CONTRATANTE, os valores retidos cautelarmente poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS que forem devidas.

10.4.7. Havendo erro ou incorreção nas notas fiscais/fatura apresentadas ou nos documentos comprobatórios e relatórios exigíveis na contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie a correção, adequação e saneamento das situações apontadas. Nesta hipótese, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após o protocolo da nota fiscal/fatura ou documentação regularizadas, conforme a situação, fato que não acarretará qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.4.8. A nota fiscal/fatura de cobrança dos serviços prestados deverá conter ao menos as seguintes informações:

- I - Data da emissão e prazo de validade;
- II - Dados da CONTRATADA, conforme preâmbulo do Contrato;
- III - Número do instrumento contratual adotado pelo CONTRATANTE;
- IV - Dados do CONTRATANTE;
- V - Descrição clara do objeto da contratação;
- VI - Período referencial de cobrança dos serviços;
- VII - Valor cobrado pelos serviços prestados em conformidade com as condições contratuais firmadas, discriminando valor unitário e valor total; e
- VIII - O destaque da alíquota (11% ou 3,5%) sobre base de cálculo e deduções da base de cálculo referente a retenção do INSS do pessoal de dedicação exclusiva de mão de obra; e
- IX - O destaque de demais tributos retidos na fonte pagadora quando houver (PIS/Cofins, CSLL, IR e ISS).

10.4.9. A Nota Fiscal ou fatura correspondente à prestação dos serviços deverá indicar o valor de retenção para a Previdência Social - INSS, Imposto de Renda, CSLL, PIS, Cofins e ISS com base na IN 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, Manual do substituto tributário do imposto sobre serviços - ISS e Lei nº 9.711 de 20 de novembro de 1998.

10.5. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.5.1. não produziu os resultados acordados;

10.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

10.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.5.4. Antes do pagamento de cada nota fiscal/fatura, o CONTRATANTE realizará a verificação das condições de habilitação da CONTRATADA, juntando os resultados ao processo de pagamento, considerando as seguintes consultas:

- a) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;
- b) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos - TCU;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNJ;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- e) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou, na falta deste último:
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- i) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF.

10.6. Constatando-se, junto ao CADIN, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,

apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao CADIN e/ou SICAF.

10.11. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no CADIN e/ou SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

10.12.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal ou local aplicável.

10.12.2. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.12.3. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária de Crédito para pagamento.

10.12.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.12.5. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As cláusulas específicas que irão estabelecer as sanções administrativas relacionadas à seleção de fornecedores constam no Edital e os critérios de sanções administrativas relacionadas à gestão contratual constam no Contrato.

12. SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1.1. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - Compras.gov, de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos seguintes parâmetros:

- I - O critério de julgamento será pelo menor preço global do grupo único;
- II - O modo de disputa será do tipo "aberto";
- III - Será adotada a utilização de 4 (quatro) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados. Para fins de lançamentos operacionais das ARPs e/ou Contratos no sistema Contratos.gov, será realizado o arredondamento para 2 (duas) casas decimais do valor total da proposta.
- IV - O intervalo mínimo entre os lances será definido conforme o preço estimado de cada item, observando os respectivos percentuais do quadro abaixo:

Valor Unitário Referencial do Item	Referencial de Intervalo de Lances (%)	Intervalo de Lances que será utilizado (%)
P(est,unit) < R\$ 500,00	0,75 a 1,50	0,75
R\$ 500,00 < P(est,unit) < R\$ 100.000,00	0,50 a 0,75	0,50

P(est,unit) > R\$ 100.000,00	0,25 a 0,50	0,25
---------------------------------	-------------	------

12.1.2. A variável "P(est,unit)" é o preço estimado unitário para cada item do Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto.

12.1.3. Embora o critério de julgamento da licitação seja o menor preço global, a aceitabilidade da proposta observará também os preços unitários dos itens e subitens constantes da planilha estimativa da Administração.

12.1.4. Os preços unitários constantes da proposta serão analisados quanto à sua compatibilidade com os valores estimados pela Administração, com os preços praticados no mercado e com a composição global da proposta, não constituindo os valores estimados, por si só, limite absoluto e automático de aceitabilidade.

12.1.5. Eventuais preços unitários superiores aos referenciais estimados deverão ser objeto de análise técnica pela Administração, considerando sua representatividade no valor global, sua relevância para a execução contratual, a possibilidade de variação quantitativa durante a vigência do contrato e o risco de distorções capazes de comprometer a vantajosidade da contratação.

12.1.6. A proposta poderá ser considerada inaceitável quando apresentar preços unitários manifestamente incompatíveis com os referenciais de mercado, com indícios de sobrepreço, inexequibilidade, desequilíbrio entre itens ou potencial risco de "jogo de planilha", ainda que o valor global esteja abaixo do orçamento estimado.

12.2. Condições de participação

12.2.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

- a) as previsões constantes no art. 70 do [Regulamento de Compras e Contratos 3.0](#) e no art. 18, XI, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh/HU Brasil atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
- c) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;
- d) o previsto no art. 6º, inciso VII, do RCC 3.0.

12.3. Qualificação Técnica

12.3.1. Alvará de licenciamento ou equivalente, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária.

12.3.1.1. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

12.3.1.2. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção

12.3.2. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, indicando que a proponente já forneceu objeto em características similares e quantitativos compatíveis com o objeto da licitação.

12.3.2.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem aptidão para desempenho de atividades compatíveis em características, complexidade tecnológica e operacional com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da contratação, nos termos do art. 65, §§ 3º e 4º, do RCC 3.0.

12.3.2.2. Para fins de qualificação técnico-operacional, considerando a natureza integrada do objeto e suas diferentes especialidades técnicas, as comprovações deverão observar separadamente os seguintes núcleos operacionais:

- I - prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva de mão de obra;
- II - implantação, integração, operação e suporte de solução de segurança eletrônica composta por videomonitoramento IP (CFTV), controle eletrônico de acesso e central de monitoramento/SOC.

12.3.2.3. Para o núcleo operacional previsto no inciso I, a licitante deverá comprovar experiência anterior na execução de serviços continuados de vigilância patrimonial armada e/ou desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução mínima correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de postos previstos para implantação inicial da contratação.

12.3.2.4. Para o núcleo operacional previsto no inciso II, a licitante deverá comprovar experiência anterior em implantação, integração, operação ou manutenção de solução de segurança eletrônica compatível com o objeto da contratação, contemplando, cumulativamente ou não:

I - sistema de videomonitoramento IP (CFTV) com gerenciamento centralizado por VMS;

II - solução de controle eletrônico de acesso.

12.3.2.5. A comprovação prevista no subitem anterior deverá demonstrar quantitativo mínimo correspondente a até 50% (cinquenta por cento) dos equipamentos base previstos no Item 7 da solução integrada de segurança eletrônica, considerados os equipamentos de maior relevância técnica da solução.

12.3.2.6. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que reste demonstrada a compatibilidade técnica e operacional com as parcelas relevantes do objeto.

12.3.2.7. Não haverá limitação de tempo ou de local específico para fins de comprovação da experiência anterior, ressalvada eventual exigência excepcional devidamente motivada nos autos, conforme art. 65, § 4º, do RCC 3.0 e jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

12.3.2.8. Considerando a essencialidade dos serviços de segurança patrimonial e segurança eletrônica para o funcionamento do HU-UFPI, bem como os riscos operacionais associados à interrupção, falha ou indisponibilidade da solução integrada contratada, a Administração poderá exigir comprovação de experiência pretérita mínima compatível com a complexidade da contratação, desde que tecnicamente motivada nos autos do processo, em observância aos Acórdãos TCU nº 503/2021-Plenário e nº 2076/2023-Plenário.

12.3.2.9. Para fins de comprovação de que trata este subitem, as certidões ou os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Papel timbrado do emitente do comprovante de aptidão com identificação e assinatura do responsável (da empresa privada ou pública ou órgão emitente), além dos seguintes dados da empresa emitente: Razão Social, CNPJ e endereço;

b) Dados do proponente que está classificado em primeiro lugar no processo licitatório: Razão Social e CNPJ;

c) Descrição do item ofertado, compatível com o solicitado no Pregão Eletrônico/Termo de Referência;

d) Quantidades, a duração e o período do contrato;

e) Estar descrito o grau de satisfação de entrega do produto ou serviço.

12.4. **Outras Exigências de habilitação**

12.4.1. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no edital do certame.

12.4.2. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no edital.

13. **VISTORIA PARA LICITAÇÃO**

13.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a LICITANTE poderá, a seu critério, realizar vistoria técnica nas instalações do local de execução dos serviços, promovendo, por sua conta e risco, todos os levantamentos que considerar necessários à formulação de sua proposta.

13.2. A vistoria, quando realizada, deverá ser previamente agendada e acompanhada por representante designado pela CONTRATANTE, em horário comercial, por meio do seguinte contato:

I - Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí - HU-UFPI/HU BRASIL: telefone (86) 3228-5273, e-mail usop.hu-ufpi@ebserh.gov.br

13.3. O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

13.4. A LICITANTE poderá realizar tantas visitas quantas julgar necessárias para subsidiar a elaboração de sua proposta.

13.5. A não realização da vistoria não poderá ser alegada, posteriormente, como fundamento para pedidos de alteração contratual, acréscimo de preços, prorrogação de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou para justificar descumprimento de obrigações contratuais, em razão de desconhecimento das condições locais, das características da infraestrutura existente ou de quaisquer peculiaridades da execução do objeto.

13.6. Para a realização da vistoria, a LICITANTE ou seu representante deverá apresentar documento oficial de identificação e documento que comprove sua vinculação ou representação.

13.7. A LICITANTE que optar por realizar a vistoria deverá apresentar a Declaração de Vistoria, conforme modelo constante do Anexo VIII, devidamente assinada pelo representante da CONTRATANTE que a acompanhou.

13.8. A LICITANTE que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar a Declaração de Dispensa de Vistoria / Pleno Conhecimento das Condições de Execução, conforme modelo constante do Anexo X, por meio da qual declara ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e ao local de execução dos serviços, assumindo total responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela futura execução contratual.

13.9. Em qualquer hipótese, tenha ou não realizado vistoria, a apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições de execução do objeto e reconhecimento de que a LICITANTE detém informações suficientes para o adequado dimensionamento dos serviços, equipamentos, materiais, infraestrutura e demais obrigações contratuais.

13.10. A LICITANTE deverá declarar formalmente que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

14. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS

14.1. Em conformidade com o art. 30 do RCC 3.0 da Ebserh/HU Brasil, os preços referenciais adotados para esta licitação são sigilosos, sendo tornados públicos apenas após a fase de lances das propostas, durante a etapa externa do certame.

14.2. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

14.3. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº 23524.040332/2025-80 em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

15. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

15.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 são as estabelecidas no presente Termo de Referência.

15.1.1. A conta-depósito vinculada da presente contratação observará as regras estabelecidas pela instituição financeira oficial conveniada, podendo haver isenção de tarifas bancárias, conforme condições aplicáveis no momento da abertura e manutenção da conta.

15.1.2. Na hipótese de incidência de tarifas bancárias, os respectivos custos serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser considerados na composição da proposta comercial.

15.2. A CONTRATANTE deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

15.3. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

15.3.1. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

15.3.1.1. 13º (décimo terceiro) salário;

15.3.1.2. Férias e um terço constitucional de férias;

15.3.1.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

15.3.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

15.3.2. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

15.3.3. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

15.3.4. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

15.3.5. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

15.3.6. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais

indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

15.3.6.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

15.3.6.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

15.3.6.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

15.3.6.4. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

16. GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor anual estimado da contratação.

16.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

16.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

16.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

16.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

16.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

16.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária.

16.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

16.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

16.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.5.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Ebserh/HU Brasil à CONTRATADA; e

16.5.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

16.6. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da CONTRATADA.

16.6.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

16.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Ebserh/HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o

adimplemento pela Ebserh/HU Brasil.

16.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

16.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/ 2022.

16.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

16.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

16.11.2. A Ebserh/HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

16.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Ebserh/HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.12.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

16.12.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

16.12.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

16.13. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

16.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

16.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

17. QUANTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO E DADOS PESSOAIS (LGPD)

17.1. As disposições relativas ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados constam do ANEXO IX.

18. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

18.1. Considerando que determinadas etapas da execução contratual envolvem serviços técnicos especializados acessórios e complementares à solução integrada de segurança, sem transferência do núcleo operacional do objeto, admite-se a subcontratação parcial de atividades específicas, de forma a ampliar a competitividade, favorecer a eficiência operacional e possibilitar maior flexibilidade técnica na execução contratual.

18.1.1. Será admitida a subcontratação parcial, limitada às atividades acessórias, instrumentais ou complementares relacionadas aos seguintes serviços:

I - instalação física de câmeras, controladores, catracas, racks, switches, storages, servidores e demais equipamentos da solução;

II - passagem, lançamento, organização e conectorização de cabeamento estruturado, fibra óptica, eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e infraestrutura correlata;

III - serviços especializados de infraestrutura elétrica e lógica necessários à implantação da solução;

IV - manutenção preventiva e corretiva especializada dos equipamentos da solução de segurança eletrônica;

V - suporte técnico especializado relacionado aos equipamentos e componentes tecnológicos da solução integrada.

18.1.2. Não será admitida a subcontratação das parcelas nucleares, estratégicas e de maior relevância operacional do objeto contratual, especialmente:

- I - prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada;
- II - operação da Central de Operações de Segurança;
- III - monitoramento operacional do sistema de videomonitoramento;
- IV - gerenciamento da solução integrada de segurança eletrônica;
- V - operação do sistema de controle eletrônico de acesso;
- VI - atividades relacionadas à tomada de decisão operacional, resposta a incidentes, gestão de eventos e protocolos de segurança institucional.

18.1.3. A vedação de subcontratação das atividades nucleares justifica-se em razão da necessidade de preservação da integração operacional da solução, da manutenção de cadeia única de responsabilidade, da criticidade do ambiente hospitalar e da necessidade de padronização dos protocolos de segurança, rastreabilidade de eventos, interoperabilidade tecnológica e eficiência da fiscalização contratual.

18.1.4. A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, à qual caberá avaliar a qualificação técnica da subcontratada, a compatibilidade das atividades subcontratadas com o objeto contratual e os riscos operacionais envolvidos.

18.1.5. A CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória da capacidade técnica da subcontratada, incluindo registros profissionais, qualificação técnica e demais documentos eventualmente exigidos pela fiscalização contratual.

18.1.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece integral e exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratual, inclusive quanto à qualidade dos serviços, cumprimento dos níveis mínimos de serviço, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, segurança da informação e observância dos protocolos de segurança institucional.

18.1.7. A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a CONTRATANTE e a subcontratada.

18.1.8. A subcontratação admitida neste Termo de Referência será estritamente limitada ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.1.9. A subcontratação de qualquer uma das parcelas permitidas dependerá de autorização prévia e formal da fiscalização do contrato e não exime a Contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, permanecendo esta como a única e exclusiva responsável perante a Administração pela execução integral e pela qualidade de todo o objeto contratado.

18.2. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as disposições do art. 32, inciso XI, e demais dispositivos aplicáveis do RCC 3.0.

18.3. A admissão de consórcio justifica-se em razão das características híbridas e polivalentes do objeto, que reúne simultaneamente serviços continuados de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva de mão de obra e solução tecnológica integrada de segurança eletrônica, abrangendo videomonitoramento inteligente, controle eletrônico de acesso e Central de Operações de Segurança.

18.4. Considerando as particularidades do mercado regional e a existência de empresas especializadas em segmentos distintos da solução contratada, a permissão de participação em consórcio busca ampliar a competitividade do certame, favorecer a participação de empresas com expertises complementares e evitar restrição indevida ao caráter competitivo da licitação.

18.5. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da contratação, nos termos da legislação aplicável.

18.6. O consórcio deverá indicar empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a CONTRATANTE durante todas as fases da licitação e da execução contratual.

18.7. Não será permitida a participação de uma mesma empresa:

- I - em mais de um consórcio; ou
- II - simultaneamente de forma isolada e em consórcio.

18.8. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas conforme a participação e atribuições de cada consorciada na execução do objeto, observado o somatório das capacidades técnicas quando admitido pelo edital e pela legislação aplicável.

18.9. A empresa responsável pela execução dos serviços de vigilância patrimonial deverá comprovar capacidade técnica compatível com as atividades de vigilância e segurança patrimonial, enquanto a empresa responsável pela solução tecnológica deverá comprovar capacidade técnica compatível com os serviços de segurança eletrônica, videomonitoramento, controle de acesso e operação correlata, conforme as exigências de comprovação de capacidade técnica inscritas neste Termo de Referência.

18.10. A eventual constituição do consórcio não afastará a necessidade de integração operacional plena da solução contratada, permanecendo obrigatória a observância dos níveis mínimos de serviço, interoperabilidade tecnológica, protocolos de segurança institucional e cadeia unificada de gestão operacional previstos neste Termo de Referência.

19. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Plano Anual de Compras (PAC 2026), observados os prazos de início do planejamento da contratação previstos no RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC 2026).

19.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo HU-UFPI/HU BRASIL.

20. **REONERAÇÃO GRADUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO**

20.1. A pedido da CONTRATADA, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 171, §§ 1º e 4º, do RLCE 2.0, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto nos arts. 9º A e 9º-B da Lei n.º 12.546/2011, com a redação dada pela Lei n.º 14.973/ 2024.

20.1.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei n.º 14.973/2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

20.1.2. A revisão prevista no item acima, caso requerida pela CONTRATADA, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

21. **ANEXOS**

21.0.1. Anexo I – Termo de Sigilo e Confidencialidade do monitor do Sistema de Segurança.

21.0.2. Anexo II - Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

21.0.3. Anexo IV- Modelo de Proposta de Preços.

21.0.4. Anexo V - Planilha de Custos e Formação de Preços.

21.0.5. Anexo VI - Modelo de Recebimento Provisório.

21.0.6. Anexo VII - Modelo de Recebimento Definitivo.

21.0.7. Anexo VIII - Declaração de Vistoria.

21.0.8. Anexo X - Dispensa de Vistoria.

22. **ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo.

Equipe de Planejamento da Contratação Portaria - Nº 09 - Retificação, de 13 de janeiro de 2026 e Portaria - SEI nº 07, de 30 de março de 2026 - de prorrogação.

(assinado eletronicamente)
Francis Maria Alves de Sousa Sales
Coordenadora da EPC

(assinado eletronicamente)
Heráclito Carlos Gomes da Silva
Assistente Administrativo

Virgílio Freitas Rego Lima
Engenheiro de Produção

(assinado eletronicamente)
Sávio Henrique Evangelista Torres
Engenheiro Eletricista

(assinado eletronicamente)
Sinval Pereira de Andrade Neto
Assistente Administrativo

- 1. De acordo e aprovado pela Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar.
- 2. Encaminhem- se os autos à Gerência Administrativa do HU-UFPI/HU BRASIL para aprovação.

(assinado eletronicamente)
José Soares Júnior
Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar
HU-UFPI/HU Brasil

3. De acordo e aprovado pela Gerência de Administração.
4. Encaminhem-se os autos à Superintendência para aprovação e posterior encaminhamento ao Setor de Administração para prosseguimento dos trâmites.

(assinado eletronicamente)
Acácio Salvador Veras e Silva
Gerente Administrativa
HU-UFPI/HU Brasil

5. De acordo, aprovo o Termo de Referência, por seus próprios fundamentos e pela essencialidade da contratação.
6. Encaminhe-se ao Setor de Administração para dar continuidade ao processo.

(assinado eletronicamente)
André Gonçalves da Silva
Superintendente
HU-UFPI/HU Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Sinval Pereira de Andrade Neto, Assistente Administrativo**, em 15/05/2026, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Acácio Salvador Veras e Silva, Gerente**, em 15/05/2026, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Gonçalves Da Silva, Superintendente**, em 15/05/2026, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heráclito Carlos Gomes da Silva, Assistente Administrativo**, em 15/05/2026, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francis Maria Alves de Sousa Sales, Enfermeiro(a)**, em 15/05/2026, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Freitas Rego Lima, Engenheiro(a) de Produção**, em 15/05/2026, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Savio Henrique Evangelista Torres, Engenheiro(a) Eletricista**, em 15/05/2026, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Soares Junior, Chefe de Divisão**, em 15/05/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60792928** e o código CRC **2588087F**.

Referência: Processo nº 23524.032008/2025-98 SEI nº 60792928